



EM DEFESA DAS PRERROGATIVAS

Atuação da Advocef garante desagravo público à associada ofendida por desembargador do TRT-4

ENTREVISTA

Carlos Vieira fala à Advocef sobre modernização tecnológica do banco

INCENTIVO

Programa da Advocef valoriza e reconhece talentos dos associados

EVENTOS

Associadas participam de Conferência Nacional da Mulher na OAB

HOMENAGEM

Amigos lembram o legado de Rumiko Tanaka no movimento sindical



idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
A SUA CARREIRA

PÓS-GRADUAÇÃO

+ de 10 cursos nas áreas
de Direito e Administração

posgraduacao.idp.edu.br



(61) 3535-6565



SejaIDP

Advocef cada vez mais conectada a você

Estamos nas redes sociais para melhor atender e divulgar o trabalho dos advogados da CAIXA e nos aproximar ainda mais de cada associado.



Curta, compartilhe, siga a Advocef nas Redes Sociais e ajude a promover a integração dos advogados no Brasil



@advoceficial

A Revista Advocacia Caixa é uma publicação da Associação Nacional dos Advogados da Caixa Econômica Federal, entidade de classe sediada em Brasília. O periódico tem distribuição gratuita em todo território nacional e não vende assinaturas. A comercialização de espaços publicitários só pode ser realizada por representantes credenciados da Advocef. A publicação não coaduna com práticas ilegais ou ilícitas e recomenda que, em caso de venda de exemplares ou comercialização de espaços publicitários, seja feita denúncia à polícia local e notificação à Advocef.

Seus comentários, críticas e sugestões são fundamentais para uma publicação cada vez melhor. Envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br ou carta para o endereço SBS, Quadra 2, Bloco Q, Lote 3, Ed. João Carlos Saad, 5º Andar, salas 510/511 | CEP: 70070-120 | Tel. (61) 3224-3020 / 0800-601-3020. Para sugestões de pauta ou publicação de artigos, envie e-mail para comunicacao@advocef.org.br. O conteúdo será submetido à aprovação da Diretoria Executiva da Advocef.

REVISTA ADVOCACIA CAIXA
Ano 6 | nº 8 | maio de 2024

DIRETORIA EXECUTIVA DA ADVOCEF

Presidente: Marcelo Quevedo do Amaral **Vice-Presidente:** Melissa dos Santos Pinheiro Vassoler Silva **1º Secretário:** Gabriel Augusto Godoy **2º Secretário:** Fabiola Oliveira Alencar **1º Tesoureiro:** Duílio José Sanchez Oliveira **2º Tesoureiro:**

DIRETORES

Relacionamento Institucional: Carlos Alberto Regueira de Castro e Silva
Comunicação: Marcelo Dutra Victor **Honorários:** Maria Rosa de Carvalho Leite Neta **Negociação:** Álvaro Sérgio Weiler Júnior **Prerrogativas:** Sandro Cordeiro Lopes **Jurídico:** Magdiel Jeus **Social:** Linéia Ferreira Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

1º Titular: Fernando da Silva Abs da Cruz **2º Titular:** Luiz Fernando Padilha
3º Titular: Dione Lima da Silva **4º Titular:** Roberta Mariana Barros de Aguiar Corrêa **5º Titular:** Daniele Cristina Alaniz Macedo **6º Titular:** Luiz Fernando Schimidt **7º Titular:** Henrique Chagas **1º Suplente:** Eurico Soares Montenegro Neto **2º Suplente:** Janaina Marreiros Guerra Dantas **3º Suplente:** Matheus Aguiar de Barros

CONSELHO FISCAL

1º Titular: Rodrigo Trassi de Araújo **2º Titular:** Júlio Vitor Greve
3º Titular: Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira **1º Suplente:** Marcos Nogueira Barcellos **2º Suplente:** Marisa Alves Dias Menezes

REPORTAGENS: Marciana Alves

DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE: Gabriel Menezes

CAPA



PALAVRA DO PRESIDENTE

Foto: Advocef



Presidente Marcelo Quevedo

Caros colegas, o desejo de fazer mais e melhor é o que nos move a seguir no trabalho constante em prol da nossa categoria, da CAIXA e do povo brasileiro. Esse anseio nos provoca, faz sair do lugar e ir em busca de conhecer realidades, escutar e aprender com cada associada e associado disposto a contribuir. Tem sido assim em cada visita às Unidades Jurídicas do Brasil. Ouvimos, aprendemos, criamos ideias e, juntos, procuramos soluções para os desafios que não são poucos. Esse movimento de saída em direção aos colegas de cada canto do país nos permite aprimorar o trabalho em defesa das prerrogativas dos associados, conhecer as necessidades e realidades de cada local, ouvir, debater e produzir soluções e alternativas para aprimorar nosso trabalho.

Além disso, é gratificante conhecer os grandes talentos dentro do corpo jurídico da CAIXA, que merecem ser valorizados e reconhecidos dentro e fora da Empresa. Para isso, a Associação desenvolveu, por iniciativa do Conselho Editorial da Revista de Direito, um programa de apoio às publicações, onde a Advocef promove as obras produzidas pe-

los colegas e sorteia entre os associados, com vistas a socializar o conhecimento e incentivar a produção intelectual.

Ainda nesse sentido, temos buscado promover formações e capacitações ministradas pelos próprios colegas, de forma a contribuir diretamente com a otimização das atividades diárias. Exemplo disso é o curso Legal Design na Prática, desenvolvido e apresentado pela associada Camila Modena, que tem ajudado colegas a inovarem na criação de peças usando as ferramentas disponibilizadas pela CAIXA. A Advocef segue aberta a contribuições e convida os colegas interessados em participar a contribuir com essas iniciativas.

Aproveitamos o ensejo para dizer que diante das importantes mudanças que devem acontecer na CAIXA, a Advocef está acompanhando a situação e tem buscado ouvir a opinião dos associados, por meio dos Representantes de Unidades Jurídicas, e dialogar com a gestão para oferecer contribuições. Manteremos contato frequente com nossos associados e continuaremos trabalhando em prol da nossa categoria. Juntos somos mais fortes.

S U

M Á



08 **PERFIL**
Conheça a trajetória da associada Fabiola Alencar



18 **CAIXA**
CAIXA As negociações para o dissídio coletivo



10 **ARTIGO**
Mercado e disparidade de gênero

ARTIGO

12 Desafios na identificação razão de decidir precedentes qualificados – precisão e confiabilidade do provisionamento

15 Esperança Garcia – a primeira mulher advogada do Brasil

ADVOCEF

20 Conheça a equipe Advocef

21 STF decide que empregado tem o direito de saber as razões de sua dispensa

22 O itinerário da Advocef em direção aos associados

26 O incentivo à produção intelectual dos associados



24 **ADVOCEF**
Advocef defende prerrogativas de associada na OAB/RS

RIO



ENTREVISTA

28

Presidente da CAIXA fala à Advocef

EVENTOS

32

Lançamento da obra Judiciário Consultivo, do associado Gryecos Loureiro

35

Associado Bruno Queiroz recebe Título de Cidadão de Fortaleza

36

Ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira toma posse como membro honorário da Academia Cearense de Direito



EVENTOS

33

A Advocef na IV Conferência Nacional da Mulher Advogada

GERAL

42

A força da união dos trabalhadores

ALÉM DO DIREITO

44

Associados do JURIR/PO participam da Copa Lei e levam nome da Advocef na camisa do time

45

Poemas



GERAL

38

Fim do equacionamento no REG/Replan Não Saldado



ESPECIAL

40

O legado de Rumiko Tanaka

A construção de um legado

Foto: Arquivo Pessoal



Família reunida

Conheça a história de sucesso dos 42 anos da advogada Fabiola Oliveira de Alencar junto à CAIXA

O humor contagiante, a elegância e o carisma são algumas características que tornam a associada Fabiola Oliveira de Alencar uma figura incapaz de passar despercebida. Tudo isso, aliado à competência e à criatividade para enfrentar os desafios, ajudou a advogada a construir uma trajetória de 42 anos junto à CAIXA, que se iniciou em 16/08/1982 quando ela tinha apenas 20 anos de idade. Na época, Fabiola estudava jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e

nem pensava em prestar concurso para o banco público, porém, entre as idas e vindas no ônibus rumo à Faculdade, ela conheceu uma funcionária da Empresa, que a incentivou a fazer a prova, e se tornou uma grande amiga.

Foi assim, que em agosto de 1982, Fabiola passou a integrar o quadro de empregados da CAIXA na Agência Potiguar, a maior do Rio Grande do Norte, na função de caixa. Dez anos depois, ao receber uma avaliação baixa e ouvir do chefe que não tinha perfil para a função,

ela decidiu focar nos estudos para o concurso de advogada do banco, já que era formada em Direito. Para isso, contou com o apoio do esposo Jorge Medeiros, essencial para a aprovação e, também, ao longo da atuação no corpo jurídico. Junto com a carreira cresciam os quatro filhos do casal Vitor, Clarice, Julia e Gabriel, acostumados a verem a mãe defendendo a CAIXA, mesmo fora do ambiente de trabalho.

Fabiola conta que o período em que mais se sentiu realizada

no trabalho compreende os últimos 15 anos, o que começou quando foi convidada a atuar com conciliação da CAIXA dentro da Justiça Federal, o entrosamento com a equipe composta por outros dois colegas do administrativo contribuiu para o recorde de acordos. Em seguida, com a terceirização do juizado especial, ela passou a atuar na coordenação, o que foi um novo desafio na carreira enfrentado com muita criatividade, tinha até bolo e guloseimas para incentivar os advogados dos escritórios terceirizados a ampliar o número de acordos, o que novamente deu muito certo.

Outra mudança significativa na trajetória da advogada foi quando o juizado passou a ser da competência de uma centralizadora, e ela foi designada a atuar no âmbito trabalhista. A falta de experiência na área lhe causou um misto de sentimentos, mas o medo não superou a criatividade, que novamente foi um ponto essencial para o desenvolvimento das atividades e os bons resultados. Ela dividia os processos por temas dentro daqueles com autorização para acordos e incluía os documentos numa planilha chamada “esteira de conciliação”, cujo acesso era disponibilizado a todos da equipe como forma de otimizar a produtividade. Com isso, fazia questão de entrar em contato com os advogados da outra parte e, por vezes, fechava diversos acordos de uma vez. A estratégia deu tão certo que a

Unidade Jurídica de Natal ficou em primeiro lugar no ranking de acordos no país. “Eu me realizei como profissional e pude contribuir de forma efetiva junto com a minha equipe com o melhor e menos oneroso para a CAIXA, o que causasse menos prejuízos e isso, para mim, valeu muito a pena”, celebrou.

A participação na Diretoria da Advocef também é um ponto que merece destaque na carreira de Fabiola. Ela passou a integrar a Chapa Advocef em Ação no biênio 2022-2024 e contribuiu com a criação do Podcast “A Palavra é Delas” e a Comissão da Mulher Advogada na Advocef, ambos projetos que buscam dar visibilidade às advogadas da CAIXA e aumentar o protagonismo feminino na Associação. “Está sendo um prazer enorme poder contribuir com a Advocef com colegas tão especiais da Diretoria, conhecer todo o corpo de servidores da Associação, que são pessoas maravilhosas. É algo que eu não esperava na minha vida e também vai fazer parte da minha da minha trajetória, isso para mim é motivo de muito orgulho”, disse.

Foram mais de quatro décadas de uma jornada dedicada ao aprendizado diário e repleta de momentos marcantes, como quando um pedido de desculpas formal foi o suficiente para extinguir um processo judicial contra a CAIXA. Ou até mesmo quando homenageou a filha durante uma série de audiências de mediação para a conclusão

de um empreendimento. A data era 14 de março, dia da poesia e aniversário de Clarice, o que motivou Fabiola a pedir autorização para constar nos autos a poesia “Sonhe”, de Clarice Lispector. Como explica a advogada, a poesia expressa toda aquela trajetória até chegar à decisão sobre o término da obra e cada mutuário receber seu apartamento. “Porque aquelas pessoas sonharam, foi possível tornar o sonho real, isso foi muito marcante para mim, pois fechamos um grande acordo para a conclusão da obra com a participação da CAIXA”, completou.

Depois de vivenciar tantas experiências memoráveis, Fabiola vai escrever um novo capítulo em sua história. Ela decidiu se despedir da CAIXA. Seu último dia de trabalho será em 16/08/2024, quando completará 42 anos de trajetória. A advogada sai agradecida por tudo que viveu, com a sensação de dever cumprido, com a certeza de que amou tudo o que fez e deixa um legado de resiliência e coragem para enfrentar os desafios. “Eu poderia resumir a minha trajetória profissional em duas palavras: orgulho e gratidão. Gratidão a todos que contribuíram com meu crescimento e gratidão a Deus porque não me deixou fraquejar nos momentos mais difíceis. Eu passei momentos difíceis dentro da CAIXA e do Jurídico, mas consegui superar e conhecer colegas maravilhosos. Não preciso nominar, pois todos sabem quem são”.



Um breve olhar sobre mercado de trabalho, disparidade de gênero e a mulher (nada) maravilha

por *Melissa S. Pinheiro Vassoler Silva*

Em 2023, a economista Claudia Goldin tornou-se a primeira mulher, a sozinha (e não como parte de um grupo de acadêmicos), a ganhar o Prêmio Nobel de Economia por sua pesquisa sobre a mulher no mercado de trabalho.

Consta de sua pesquisa que, apesar de ter diminuído ao longo de duas décadas, a disparidade salarial entre homens e mulheres ainda é uma realidade que incomoda.

E mais, alguns fatores são determinantes para esta cultura da desproporcionalidade, conforme descobertas da economista: a disponibilidade para a família (que atrapalha a dedicação absoluta e flexibilidade às exigências do trabalho) e demandas pessoais que surgem após o

nascimento dos filhos. Ou seja, a uma certa idade, as mulheres são forçadas a escolher entre a carreira e a vida pessoal.

Conclui Goldin que não falta ambição às mulheres, o que falta é um regime flexível de trabalho como alternativa viável à manutenção das carreiras profissionais, sem prejuízo da vida pessoal, garantindo entregas dentro das realidades femininas.

Te soa familiar?! Pra mim, zero surpresa.

Isso remete a uma polêmica fala da artista Lily Allen que, em uma entrevista, afirmou: “As minhas filhas arruinaram a minha carreira. Quero dizer, eu amo as duas e elas me completam, mas em termos de, tipo, você sabe, o estrelato pop, elas arruinaram tudo. O que realmente me dei-

xa irritada é quando as pessoas dizem que você pode ter tudo, francamente, você não pode”.

Leia novamente, mas em estado de “mindfulness” e sem julgamentos. Reflita sobre a profundidade desta declaração.

Aqui no Brasil, em julho de 2023 foi publicada a Lei 14.611/23 (Lei da Igualdade Salarial), trazendo algumas exigências, além da própria equiparação salarial, como: disponibilização, pelas empresas com mais de 100 empregados, de Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, já devidamente regulamentados via Decreto e Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego.

Outro mecanismo criado pela Lei 14.611/2023 foi o Plano de Ação para Mitigação da

Desigualdade Salarial. Este plano seria um conjunto de medidas, elaboradas pela empresa empregadora, quando após o Relatório de Transparência Salarial ficar constatada a necessidade de adequações.

Contudo, um dos pontos mais importantes da Lei de Igualdade Salarial é, sem dúvida, a definição de multas e sanções para as empresas que não se adequarem às medidas para equiparação de salário e critérios remuneratórios.

A constitucionalidade dessa lei, inclusive, será julgada pelo STF na ADI 7612, proposta pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Se por um lado ela traz questionamentos, por outro, é claro que representa um avanço. E não é novidade para um país. Segundo o Banco Mundial, 35 nações, incluindo Reino Unido, Austrália, França, Peru e Islândia, possuem medidas de transparência salarial e fiscalização para superar essa questão.

Inclusive, na recente informação trazida no “COMUNICADO À IMPRENSA Nº 2024/049/DEC, de 04/03/2024”, o Banco Mundial afirma que a disparidade global de gênero no ambiente de trabalho é muito maior do que se pensava anteriormente. Quando são levadas em consideração certas diferenças legais que envolvem violência e cuidados infantis, as mulheres gozam de menos de dois terços dos

direitos dos homens. Nenhum país oferece oportunidades iguais às mulheres — nem mesmo as economias mais ricas. Nenhum, repise-se.

E, pasme. A conclusão do comunicado emitido pelo Banco Mundial é a mesma da ganhadora do nobel e, em tese, a mesma refletida na Lei brasileira: para garantir a eficácia da igualdade salarial, dependemos de um marco adequado que preveja mecanismos de aplicação robustos, sistemas para rastrear disparidades salariais relacionadas ao gênero e disponibilidade de serviços voltados às mulheres sobreviventes à violência.

Não é nossa intenção o aprofundamento do tema. A ideia é lançar luz sobre um fato para fazer você, leitor(a), refletir sobre o que pode fazer enquanto ser humano e/ou sociedade.

E, enquanto não chegamos lá, te afirmo a partir de uma perspectiva totalmente pessoal: incentive sua colega de trabalho, amiga, esposa, irmã. Fale sobre o tema e seja, também, a rede de apoio que ela precisa para investir e crescer na carreira sem declinar de sua vida pessoal e vice-versa.

Pois, como disse Rachel Maia, Presidente do Conselho Administrativo do Pacto Global da ONU Rede Brasil, em recente discurso proferido no evento anual da 68ª Comissão sobre a Situação da Mulher, em Nova York: seja você um aliado(a) na construção da equidade de gênero no trabalho!

¹O termo atenção plena (mindfulness, em inglês) designa um estado mental que se caracteriza pela autorregulação da atenção para a experiência presente, numa atitude aberta, de curiosidade, ampla e tolerante, dirigida a todos os fenômenos que se manifestam na mente consciente — ou seja, todo tipo de pensamento, fantasias, recordações, sensações e emoções percebidas no campo de atenção são percebidas e aceitas como elas são. (Bishop, S.R., Lau, M., Shapiro, S., Carlson, L., et al. (2004). “Mindfulness: A Proposed Operational Definition”)

Melissa S. Pinheiro Vassoler Silva

É advogada da CAIXA desde 2005. Pós-graduada em Direito Civil e Direito Imobiliário. Na vice-presidência da ADVOCACIA VOCEF desde 2022, é entusiasta de projetos em prol da representatividade feminina e/ou racial, participando, entre outros, da Comissão da Mulher Advogada na Associação. Filha, esposa e mãe, é fã de atividade física e não renuncia ao seu tempo-terapia dedicado à corrida de rua e musculação.

Leia mais em:



Leia mais em:



Leia mais em:



Foto: Arquivo Pessoal



Desafios na identificação razão de decidir precedentes qualificados – precisão e confiabilidade do provisionamento

por Jeremias Pinto Arantes de Souza

Os operadores do direito enfrentam no dia a dia a complexidade do devido enquadramento dos precedentes judiciais às peculiaridades do caso concreto, que exige precisa identificação da razão de decidir do julgado antecedente.

Deixando isso claro basta notar que não raras vezes nos deparamos com precedentes indevidamente utilizados por todos os operadores do direito sejam advogados, promotores, juízes, órgãos colegiados inteiros, entre outros.

A título de exemplo vejamos a citação de precedente da SBDI-1, do TST na seguinte decisão proferida por Turma do TRT da 9ª Região no RO 0000287-10.2013.5.09.0655:

“ ...

Passo à análise da prova oral.

A Sra. ..., testemunha da Autora, esclareceu que ...36 - **a parte autora também orientava e supervisionava o atendimento, orientando o fluxo nos caixas**” (fls. 2721-2722).

A testemunha da Ré, Sr. ..., disse que era subordinado à Autora e acredita que o tesoureiro

também o fosse. ... 8 - na prática o tesoureiro era subordinado à parte autora, pois qualquer dúvida tinha de recorrer a ela; [...] indagado se a parte autora dava/poderia dar ordens ou apenas distribuía as tarefas aos seus subordinados o depoente disse que fazia os dois” (fls. 2722-2723).

Destaco que, diante da análise da prova oral, não restou comprovado que a Autora detivesse poderes de mando e comando, agindo como se fosse o empregador ...

... Pondero, ademais, que ainda que se considere que a Reclamante tivesse subordinados e até pudesse dar algumas ordens, esse fato, por si só, não a caracteriza como exercente de cargo de confiança que justifique seu enquadramento na exceção do artigo 224, § 2º, da CLT. ...

... concluo que a Autora não detinha a fidúcia especial necessária para configuração da hipótese do art. 224, § 2º, da CLT ...

...

A propósito, o TST:

“HORAS EXTRAS - BANCÁRIO - CARGO DE

CONFIANÇA - ARTIGO 224, § 2º, DA CLT - **SUBORDINADOS - AUSÊNCIA** - 1. A configuração de função de confiança bancária (artigo 224, § 2º, da CLT), a excepcionar a empregada bancária da jornada de trabalho de seis horas diárias, exige a inequívoca demonstração de grau maior de fidúcia no exercício das funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes... 2. Não se configura o exercício de função de confiança bancária se o Tribunal de origem ... deixa consignado que ela **não tinha subordinados e não enumera atividades que demonstrassem estar investida de poderes de mando e gestão**". (TST - ERR 502.898/98.9 - SBDI 1 - Rel. Min. João Oreste Dalazen - DJU 01.04.2005)
..." (grifos nossos)

Note-se que a própria decisão em análise transcreve prova testemunhal e reconhece que o cargo exercido pela reclamante detinha subordinados e poderes de mando e gestão (podia "dar algumas ordens"). Contudo, ao mesmo tempo cita precedente da SBDI-1, do TST, onde consta expressamente que o fundamento jurídico é justamente a ausência de subordinados e de poderes de mando e gestão.

Estamos diante de razões de decidir diversas e incompatíveis. O caso concreto tem fundamento fático na existência de subordinados e de poderes de mando e gestão enquanto o precedente invocado tem fundamento fático exatamente no sentido contrário, ou seja, na ausência destes mesmos fatos. Caso concreto fato positivo e precedente fato negativo. Água e vinho. Situações diametralmente opostas. Como este enfrentamos no dia a dia diversos outros casos de invocação de precedente com fundamento jurídico diverso do caso concreto.

Pensando nisso, resolvi escrever comentários de precedentes qualificados do TST, oriundos do Pleno e das Subseções Especializadas, órgãos res-

ponsáveis pela pacificação da interpretação da legislação trabalhista, visando incentivar a busca do devido enquadramento dos precedentes às teses do dia a dia sejam de defesa sejam de ataque sejam de julgamento, o que exige, precisa identificação da razão de decidir. No texto são indicados ainda inúmeros precedentes das Turmas do TST e de TRTs sobre temas de interesse da CAIXA.

Portanto, pode ajudar no labor diário dos advogados que atuam na seara trabalhista, inclusive com a cara questão do provisionamento (reserva de dinheiro para gastos futuros previstos).

Como sabemos o provisionamento é muito importante para a hígidez financeira de qualquer empresa, já que está umbilicalmente ligado com valor de dinheiro disponível para a empresa funcionar. Está relacionado, entre outros aspectos, com a inadimplência, com a probabilidade do resultado do julgamento de demandas judiciais. Com efeito, a relevância da correta identificação do fundamento jurídico dos precedentes qualificados se torna evidente, já que permite provisionamento mais preciso e confiável de valores que serão despendidos com prováveis condenações judiciais.

Para quem se interessar o texto está disponível no banco de peças da ADVOCEF com o seguinte título: DIREITO TRABALHISTA BANCÁRIO - COMENTÁRIOS PRECEDENTES VINCULANTES TST.

Jeremias Pinto Arantes de Souza é advogado da CAIXA em São José dos Campos/SP, formado pelas Faculdades Metropolitanas Unidas/SP, pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Anhanguera/SP

**Advocef firmou parceria
com a Faculdade Unyleya
e oferece aos seus
associados.**

Descontos de até

65%*

em todos os cursos de

Pós-Graduação EAD

Insira o código
promocional:

CONVENIO-ADVOCEF



Conheça os cursos de Pós-Graduação a distância mais procurados por Advogados

- » Coaching Jurídico
- » Compliance
- » Direito Administrativo e Gestão Pública
- » Direito Agrário e do Agronegócio
- » Direito Civil e Direito Processual Civil
- » Direito de Família e Sucessões
- » Direito Digital
- » Direito e Previdência Privada
- » Direito Econômico
- » Direito Imobiliário
- » Docência Jurídica
- » Jurimetria – Ciência de dados Aplicada ao Direito
- » Justiça Restaurativa e Mediação de Conflitos
- » Mediação de Conflitos e Arbitragem
- » Perícia Judicial com Ênfase em Documentoscopia
- » Perícias de Avaliação Patrimonial de Bens e Direitos

**Conheça também os demais 1800 cursos de Pós-Graduação
em 50 áreas do conhecimento.**



unyleya.edu.br/advocef

0800 604 2210 Pós-Graduação



Esperança Garcia – a primeira mulher advogada do Brasil

por Camila Modena Bassetto Ribeiro

Em 25 de novembro de 2022, o Conselho Pleno da OAB Nacional reconheceu Esperança Garcia como a primeira mulher advogada do Brasil. A história e o reconhecimento de Esperança se deu principalmente em razão do “**Dossiê Esperança Garcia**”, elaborado sob a presidência da professora, pesquisadora, doutora em Direito, socióloga **Maria Sueli Rodrigues de Souza**, que presidiu a Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB/PI (2016-18).

O reconhecimento de **Esperança Garcia** como a primeira mulher advogada do Brasil é extremamente importante não só por trazer essa incrível figura histórica ao conhecimento das pessoas, mas por nos lembrar do caminho da inclusão e da luta contra a opressão que fazem parte da advocacia.



O ano era 1770, após a expulsão dos jesuítas da Fazenda Algodões, tendo sido transferida à Fazenda Poções e separada de seu marido e de seus filhos maiores, Esperança Garcia, mulher negra e escravizada, não suportando mais os maus tratos infligidos a ela e a seus filhos, escreve petição endereçada ao governador da capitania de São José do Piauí.

Carta de Esperança Garcia, escrita em 6 de setembro de 1770, identificada pelo historiador Luiz Mott

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peida; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordenando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (MOTT, 2010).

Mulheres, em geral, não eram alfabetizadas, muito menos mulheres escravizadas. Além disso, a condição de escravo não fazia da pessoa nem mesmo sujeito de direito para o ordenamento jurídico vigente¹. Ainda assim, a petição incomum, seguiu o previsto nas Ordenações Filipinas.

Utilizando conhecimento das leis e do ordenamento da época, Esperança peticiona de forma clara sua indignação contra os abusos sofridos e, inteligentemente pleiteia a aplicação de direitos e costumes existentes à época. Uma verdadeira petição jurídica, com endereçamento, descrição dos fatos e do direito violado.

Supõe-se que tenha sido alfabetizada pelos jesuítas, que comandaram a Fazenda Algodões antes de serem expulsos por ordem do Marquês de Pombal. Após sua transferência à Fazenda Poções, tendo sido separada de seu marido e de seus filhos mais velhos, Esperança denuncia os maus tratos e o autoritarismo e expressa sua coragem em lutar pelos seus direitos e de seus filhos, assim como o de outras pessoas escravizadas.

A carta foi encontrada em 1979 pelo historiador Luiz Mott e sua importância histórica reconhecida apenas muitos anos depois. Em 1999, a data de 6 de setembro foi oficializada como o Dia da Consciência Negra no Piauí. Em 2017, Esperança foi reconhecida como a primeira mulher advogada piauiense pela OAB/PI, após solicitação da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Piauí.

Conhecer, lembrar e compartilhar a voz de Esperança Garcia é um imperativo para a luta contra o racismo e por igualdade de gênero, raça e classe no Brasil. É também alimento para a força e coragem de resistência do povo brasileiro ao perigo de uma única história, a do colonizador. É peça fundamental para compor as memórias de luta e resistência do povo negro e construir as caixas amplificadoras de vozes historicamente silenciadas. (Instituto Esperança Garcia)

É simbólico que uma mulher negra escravizada, uma mãe, com nome tão carregado de simbologia do sentimento de sonho e de luta seja considerada a primeira mulher advogada do Brasil. Uma imagem de resistência, de empatia e de humanidade. A indignação de Esperança e a sua coragem de resistir num tempo de opressões imensas, nos traz a todas e a todos a força de permanecer alertas

contra o racismo, o sexismo e todas as opressões que infelizmente ainda assolam a nossa sociedade.

¹Apesar de também não ser integralmente definido como objeto de direito, como tem demonstrado vários estudos. Era um sujeito misto, tendo o ordenamento jurídico várias regras contraditórias. Embora fosse objeto do direito e pertencesse ao patrimônio de seu “senhor”, poderia, por exemplo, ser processado penalmente.

Foto: Arquivo Pessoal



Camila Modena Bassetto Ribeiro

É advogada da CAIXA desde 2008. Durante a graduação na Universidade de São Paulo foi pesquisadora bolsista do CNPq em Direito Romano e monitora de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Romano, Direito Comercial e Direito Civil. Especialista em Processo Civil pela Escola Paulista da Magistratura e pós graduanda em Legal Operations: Dados, Inteligência Artificial e Performance Jurídica. Atualmente está presidente da Comissão da Mulher Advogada da ADVOCEF. Ama café e dar risada e acredita na luta antirracista, anticapacitista, e por um feminismo inclusivo e contra todas as opressões, de forma permanente. Filha, esposa e mãe de 3 meninos, acredita que ninguém tem que dar conta de tudo, e por isso é importante privilegiar a saúde mental e física com autocuidado de verdade.



CONHEÇA A CONTEC!

A CONTEC atua desde 1958 como a voz unificada na busca por direitos dos trabalhadores bancários, securitários e cooperativários de crédito em todo o Brasil. Nossa missão é defender os interesses dos trabalhadores, para garantir condições mais justas de trabalho e qualidade de vida. Buscamos de maneira incansável por remuneração adequada, políticas de saúde mental e física, segurança e ampliação de direitos no ambiente de trabalho no setor financeiro. Além disso, estamos comprometidos com o desenvolvimento e a capacitação profissional, buscando sempre melhorar as condições de trabalho e promover o bem estar dos trabalhadores. Em parceria com a ADVOCEF, atuamos em defesa dos interesses dos empregados do maior banco público brasileiro a Caixa.



Conheça a CONTEC, junte-se a nós e faça parte dessa história de mais de 65 anos de batalhas e conquistas em prol dos trabalhadores nas empresas de crédito.
www.contec.org.br



Coordenador da Mesa de Negociação CONTEC/CAIXA fala sobre pauta do novo ACT

Foto: Reprodução/Internet



Reunião da Mesa de Negociação em abril deste ano

As representações dos empregados iniciaram as reuniões para a construção da pauta de reivindicações do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da CAIXA. De acordo com o coordenador da Mesa de Negociação CONTEC/CAIXA, William Louzada, as negociações devem começar em julho, com temas específicos a serem tratados na Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e na CAIXA.

Na mesa da Federação é discutida a pauta econômica, ou seja, os índices para o reajuste salarial dos bancários. Já na pauta específica da CAIXA, uma série de temas importantes norteiam os debates, entre eles o Saúde Caixa, a PLR, e a previdência.

“Queremos discutir a questão da FUNCEF, uma reivindicação antiga que é a incorporação do REB ao Novo Plano”, adiantou Louzada.

Outro ponto que também pode constar no novo ACT é sobre a demissão de empregado público, tema deliberado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em fevereiro deste ano. Como explica Louzada, a ideia é constar o processo legal no dissídio coletivo.

“O que foi determinado pelo STF deixou pontos em aberto, e nós não podemos permitir retrocessos nessa questão, por isso, precisamos definir pontos objetivos com a CAIXA sobre como será esse processo para garantir que não ocorram injustiças nesse sentido”, disse.

A Mesa de Negociação também tem cobrado investimentos na área tecnológica. Na avaliação William Louzada, a CAIXA está defasada em relação aos outros bancos, pois a questão da tecnologia dentro da Empresa foi muito sucateada nos últimos anos. “A CAIXA já anunciou alguns investimentos, inclusive agora vai ter um concurso específico da área de TI de contratação de pessoal, então ela vem avançando só que muito lentamente. A gente precisa acelerar esses investimentos e isso também está na Mesa de Negociação”, completa.

Mobilização na base

O coordenador da Mesa de Negociação, conta que o processo até a conclusão do ACT é complexo, pois, em geral, os bancos tendem a dificultar as negociações, o que também acontece no caso da CAIXA. Porém, na avaliação dele, a mobilização das bases é essencial para a manutenção dos direitos e a inclusão de cláusulas que garantam melhorias nas condições de trabalho.

“Esperamos que a CAIXA se sensibilize e avance nessas negociações para que a possamos fechar um acordo em que todos saiam felizes e que a Empresa reconheça o trabalho dos empregados, que tem gerado um lucro muito grande, não só econômico, mas também social”, disse William Louzada.

O novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) deve ser concluído em agosto deste ano.

CRÉDITO E MOMENTO DA SUCESSÃO, ANTE
E O DEBATEDOR;
L, ANALISADO PELO 1º CONS. DE
DO PIS/COFINS REACENDEU DISCUSSÃO;
TES
CONHECIMENTO NO CASO DE PRECATÓRIO,
ENTE DE AÇÃO JUDICIAL.

APET



Advocef

4º COLÓQUIO DE
DIREITO CONTÁBIL
E TRIBUTÁRIO

DESCONTO DE 25% PARA NOSSOS CURSOS GRAVADOS

A Associação Paulista de Estudos Tributários - APET, com muita satisfação comunica a parceria firmada com a Advocef, a qual trará os seguintes benefícios para seus associados:

Todos os alunos vinculados à ADVOCEF terão desconto de 5% (cinco por cento)* na inscrição de nossos cursos, devendo apenas comprovar o vínculo.

PARA OS CURSOS AO VIVO:

- A partir de 10 inscrições dos associados da ADVOCEF sobre o mesmo curso, será ofertado 15% (quinze por cento)* de desconto;
- A partir de 20 inscrições dos associados da ADVOCEF sobre o mesmo curso, será ofertado 20% (vinte por cento)* de desconto;
- A partir de 30 inscrições dos associados da ADVOCEF sobre o mesmo curso, será ofertado 25% (vinte e cinco por cento*) de desconto;

@ www.apet.org.br

📷 [apet.oficial](https://www.instagram.com/apet.oficial)

☎ 11 95170-0455

Para maiores informações e acesso ao cupom de desconto, entre em contato conosco ou com a secretária da ADVOCEF.

Conheça a equipe Advocef

Foto: Arquivo/Advocef



Da eq. para dir. Anne Leite, Bárbara Bras, Walisson Gomes, Jéssica Souza e Marciana Alves

Rotinas administrativas, contábeis, suporte na realização de eventos pelos jurídicos do Brasil e manutenção tecnológica são algumas das atribuições que envolvem o trabalho dos colaboradores da Advocef.

Atualmente, a equipe responsável pelo andamento da Associação é formada por cinco colaboradores, que atendem, direta ou indiretamente, as demandas dos mais de 800 associados. Conheça os profissionais:

Anne Karollyne Leite, analista de secretaria

Graduada em gestão de recursos humanos, possui MBA em gestão de projetos. Entre outros pontos é responsável pelas rotinas administrativas como movimentação dos advogados, mensalidades, monitoramento e atualizações cadastrais, arquivos de documentos e controle de agenda. Demandas relativas

à secretaria devem ser enviadas para o e-mail secretaria@advocef.org.br

Bárbara Bras Gomes, analista financeira

Com formação em administração e ciências contábeis, é pós-graduada em gestão financeira e controladoria. Responsável pelo rateio de honorários, também atua no gerenciamento de contas bancárias e operacionalização de pagamentos da Advocef e demais rotinas. Assuntos financeiros, como estorno de honorários e custas processuais, por exemplo, devem ser tratados por meio do endereço financeiro@advocef.org.br

Jessica Oliveira Souza, analista administrativo

Formada em gestão de recursos humanos, é acadêmica do curso de direito. Na entidade,

trabalha diretamente na organização de eventos como o Ciclo de Palestras e o Congresso da Advocef. Entre outros pontos, é incumbida do envio de correspondências e brindes da instituição aos destinatários. Para falar destas e outras questões relacionadas contate o e-mail advocef@advocef.org.br

Marciana Alves, assessora de comunicação interna

Graduada em comunicação social com ênfase em jornalismo, atua na comunicação interna da Advocef. É responsável pela apuração, produção e edição de notas e notícias para o site e pela produção de conteúdo das redes sociais da entidade. Sugestões e demandas devem ser enviadas ao e-mail comunicacao@advocef.org.br

Walisson Gomes, analista de tecnologia da informação

Pós-graduado em engenharia de software, também possui certificação Scrum Master (CSM). Ele atua na viabilização de novas tecnologias que atendam às demandas dos associados e dos setores internos da Associação. Além disso, fornece suporte aos usuários, faz a gestão de projetos da área de tecnologia (com a fábrica de software) e suporte às áreas internas da associação. Solicitações são atendidas via e-mail informatica@advocef.org.br

STF decide que empregado tem o direito de saber as razões de sua dispensa

Foto: Reprodução/Internet



Suprema Corte definiu tese de repercussão geral defendida pela Advocef, que acompanhou o processo como *amicus curiae*

O Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por maioria de votos, em 8 de fevereiro deste ano, que a demissão sem justa causa de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, admitidos por concurso público, deve ser devidamente motivada. Ou seja, as razões da dispensa precisam ser indicadas claramente, ainda que de forma simples, mas em ato formal. Apesar da decisão, a Tese de Repercussão Geral ainda não havia sido fixada, o que preocupou a Advocef.

A entidade acompanhou o Recurso Extraordinário (RE) 688267, Tema 1.022, na condição de *amicus curiae*. Em busca de sensibilizar os ministros sobre a importância do tema, a dire-

toria alinhou estratégias com os advogados do Escritório Ilmar Galvão, representantes da Associação no processo.

“Antes da edição e fixação do texto, o escritório de Advocacia Ilmar Galvão fez contato com os ministros e trabalhou para que a tese de repercussão geral considerasse o princípio da impessoalidade e da motivação nas empresas estatais”, explicou o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro.

Mais tarde, no dia 28 de fevereiro, a Suprema Corte definiu a tese de repercussão geral do caso, na qual decidiu que as razões da dispensa precisam ser indicadas claramente, em nome do princípio da impessoalidade, como defendido pela Advocef.

O entendimento deverá ser aplicado a todos os casos semelhantes em tramitação na Justiça.

De acordo com o STF, prevaleceu a divergência aberta pelo ministro Luís Roberto Barroso, presidente do órgão, no sentido de que o empregado admitido por concurso e demitido sem justa causa tem o direito de saber o motivo pelo qual está sendo desligado, seja por insuficiência de desempenho, metas não atingidas, necessidade de corte de orçamento ou qualquer outra razão. A motivação, entretanto, não exige instauração de processo administrativo, não se confundindo com a estabilidade no emprego, e dispensa as exigências da demissão por justa causa.

Tese fixada

Foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista, sejam elas prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica, ainda que em regime concorrencial, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo. Tal motivação deve consistir em fundamento razoável, não se exigindo, porém, que se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista”.

O itinerário da Advocef em direção aos associados

Foto: Canva



Diretores percorrem Unidades Jurídicas pelo Brasil para conhecer realidades e aperfeiçoar atuação associativa

A proximidade da Advocef com os associados contribui para otimizar a constante atuação da entidade na defesa dos interesses da categoria, por isso, o presidente Marcelo Quevedo do Amaral e o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, têm feito uma série de visitas às Unidades Jurídicas de todo o Brasil.

Neste ano, a primeira parada foi no estado do Piauí, para encontrar os colegas da Unidade Jurídica de Teresina. Acompanhados da diretora de honorários, Maria Rosa de Carvalho, e do diretor jurídico, Magdiel Jeus, eles estiveram, também, na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Piauí (OAB/PI), onde trataram de demandas da Advo-

cacia Piauiense e, principalmente, fortaleceram o diálogo entre as instituições.

Para o presidente da Advocef, as visitas ajudam a Diretoria a conhecer a realidade dos jurídicos, os anseios dos associados e a atuar de maneira cada vez mais efetiva. “Essa proximidade é fundamental para defender nossas prerrogativas e conseguir avanços”, disse Marcelo Quevedo do Amaral.

A reunião na OAB/PI contou com a participação da conselheira federal da OAB, Élide Fabrícia, da representante do Conselho Deliberativo da Advocef, Janaina Guerra, e do gerente da Unidade Jurídica de Teresina, Rômulo dos Santos Lima.

Outro destino foi a Unidade Jurídica de Belém (JURIR/BE), no Pará. Na oportunidade, Quevedo e Castro conversaram com os associados sobre as demandas locais e participaram de uma reunião no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) juntamente com a gerente do JURIR/BE, Virgínia Cardoso, o coordenador jurídico Leonardo Linhares, o representante local, Marcelo Calandrini, e o associado José Alves Coêlho Neto, para tratar sobre o levantamento de alvarás confeccionados em nome pessoal dos advogados.

“Certamente a força institucional da Advocef contribui para corroborar esse tipo de pauta, por isso, a importância de estar-

mos próximos e atuantes”, destaca o diretor Carlos Castro.

Em seguida foi a vez dos associados de Cuiabá, no Mato Grosso, receberem os diretores. Além do compromisso com os colegas, a agenda contou com uma visita institucional à OAB Seccional Mato Grosso (OAB/MT) e ao Jurídico do Banco do

Brasil, onde os advogados aproveitaram para estreitar a parceria para atuação nas Recuperações Judiciais do Produtor Rural.

As visitas às Unidades Jurídicas devem ser retomadas após o XXVIII Congresso, com calendário e destinos a serem definidos em conjunto com os demais diretores da Advocoef.

Foto: Advocoef



Na visita ao TRT-8

Foto: Advocoef



Na visita à OAB/MT

Foto: Advocoef



Na visita à OAB/PI

Foto: Arquivo/Pessoal



Quevedo e Castro foram presenteados pelo gerente do JURIR/CB, Cristiano Teixeira com um doce de furrundu, típico da culinária cuiabana

Foto: Advocoef



Com os colegas do Jurídico de Teresina (PI)

Foto: Advocoef



Com os colegas do Jurídico de Belém (PA)

Foto: Advocoef



Com os colegas do Jurídico de Cuiabá (MT)

Associada ofendida por desembargador do TRT-4 tem Desagravo Público aprovado por unanimidade pela OAB/RS

“A Advocef, na pessoa do Dr. Fernando Abs, apoiou o ingresso do pedido de desagravo desde o primeiro momento” - Bianca Crestani

A Advocef entrou com pedido de desagravo público na OAB/RS contra o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4) Clóvis Fernando Schuch Santos, após o magistrado se manifestar de maneira desrespeitosa com relação à atuação da associada Bianca Zoehler Baumgart Crestani. O fato ocorreu em maio de 2023 durante um julgamento no Tribunal, onde a advogada fazia a defesa da CAIXA.

Num primeiro momento, ela não acreditou estar ouvindo tais ofensas e sequer teve reação durante a fala. “Não acreditei que um desembargador pudesse dizer, em um voto, palavras tão agressivas a uma advogada. Como se tratava de uma sustentação telepresencial, notei que os demais advogados fecharam suas câmeras, inclusive o advogado da parte contrária. O próprio secretário da sessão fechou sua câmera. Ali, tive certeza do teor da fala e do quão estava sendo exposta e ridicularizada”, lembrou.

Abalada, Bianca contou o que havia acontecido aos colegas da Unidade Jurídica de Porto Alegre (RS). Diante disso, o presidente do Conselho Deliberativo à época, Fernando da Silva Abs da Cruz, levou a questão à Diretoria da Associação, que deliberou sobre a importância do desagravo público. Os diretores designaram Abs para elaborar e protocolar o pedido na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Rio Grande do Sul (OAB/

RS), atuando em nome da Advocef, em favor da associada Bianca.

“A Advocef, na pessoa do Dr. Fernando Abs, apoiou o ingresso do pedido de desagravo desde o primeiro momento. Ao Dr. Fernando Abs deve meu agradecimento, eis que elaborou a petição inicial do desagravo e me representou junto à OAB/RS, sustentando oralmente na tribuna em duas ocasiões”, contou a associada.

Na OAB, a petição de desagravo foi examinada primeiramente pela Comissão de Defesa Assistência e Prerrogativas (CDAP), que emitiu parecer favorável ao deferimento do pedido. Em seguida o documento foi remetido para deliberação pelo Conselho Pleno, cuja primeira sessão foi realizada em 23 de fevereiro deste ano, porém, o voto do relator, o conselheiro Mateus da Silva Rosa Pereira, causou surpresa a Fernando Abs, que acompanhou a audiência.

“Ele [o relator] disse que reconhecia tudo o que tinha sido relatado pela Advocef, que efetivamente havia ocorrido a fala desrespeitosa pelo desembargador contra a Dra. Bianca, mas achava o desagravo público um instrumento para situações mais extremas e não devia ser aplicado ao caso”, conta Abs.

Foi então que o conselheiro João Ulisses Bica Machado Filho, membro da Comissão de Prerrogativas da OAB/RS e também do Conselho Pleno, pediu vista do processo.

Unanimidade

Uma nova sessão do Conselho Pleno da OAB/RS foi marcada para 22 de março deste ano. Compareceram para acompanhar o julgamento, as associadas Elenise Peruzzo dos Santos, coordenadora da Unidade Jurídica de Porto Alegre, a associada e Bianca Zoehler Baumgart Crestani, associada que foi alvo das falas desrespeitosas do

magistrado, e o associado Fernando Abs, que proferiu sustentação oral em nome da Advocef.

Foto: Arquivo/Advocef



Fernando Abs na tribuna do Conselho Federal, em 2019

“Eu fui para a Tribuna proferir a sustentação oral em nome da Advocef e ao final tivemos o deferimento do pedido de desagravo público à unanimidade de votos. São 80 conselheiros unanimemente deferindo esse pedido de desagravo público, inclusive com o voto do relator, que revisou seu posicionamento anterior e curvou-se ao entendimento do Conselho Pleno”, contou Abs.

Após a sustentação oral de Abs, o conselheiro João Ulisses Bica Machado Filho finalizou seu voto, e divergiu do relator. Na opinião dele, a postura do desembargador é injustificada no que tange ao tratamento dispensado à advogada Bianca Zoehler Baumgart Crestani durante a solenidade. No voto, o conselheiro citou a manifestação do desembargador Clóvis Fernando Schuch Santos, “que eternamente ficará à disposição, por sua gravação, naquele julgamento”:

“E a Caixa, como uma empresa pública, de quase duzentos anos, tem o dever de ter uma postura ética maior do que esses bancos comerciais, estrangeiros, ... esses advogados recém saídos da faculdade, que fazem aqui qualquer tipo de defesa, né, ... qualquer choro de carpideira, e deixando né, o direito, a ética, de forma rasa, não é possível, ... eu, olha, eu sou cliente da Caixa, eu conheço a Caixa, tem que ter uma postura exemplar e paradigmática, tem servir de paradigma numa sociedade tão cruel, tão competitiva, tão descumpridora da, do papel mínimo civilizatório que se constitui na legislação e na justiça do trabalho, portanto não só acompanho como parabenizo o relator pelo seu excelente voto”.



Foto: Arquivo/Pessoal

Bianca Crestani

O acórdão

Na decisão do Conselho Pleno da OAB/RS, assinada naquele 22 de março, o conselheiro João Ulisses Bica Machado Filho, relator para o acórdão, afirma que:

“A advogada desqualificada e ofendida quando exercia sua atividade em solenidade no Judiciário preenche os requisitos exigidos para o deferimento de ato de desagravo público. O meio de acordar a Nação, sobre a importância da advocacia e o respeito às nossas prerrogativas é a divulgação de nosso repúdio a atos como este”.

Bianca acredita que, como advogada pública, tendo o apoio da empresa pela qual atua junto ao Judiciário Trabalhista, não poderia deixar de lutar por este desagravo. “É um desembargador que reiteradamente tem falas reprováveis, mas que poucos se opõem com medo de retaliação nas decisões judiciais. Espero que esta decisão da OAB/RS traga coragem e liberdade a mais colegas advogados buscarem reparação por ofensa a suas prerrogativas. Que possa ter contribuído para mostrar que a Caixa e a Advocef apoiam seus advogados em casos como este e que não há óbice em opor-se a ofensas de prerrogativas causadas pelo Judiciário”, disse.

Com a decisão, a Advocef aguarda o agendamento de uma data pela OAB/RS, para a realização de um Ato Público de Desagravo em favor de Bianca, que poderá ser em frente ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4) ou em outro ambiente que a Ordem considerar adequado.

O incentivo à produção intelectual dos associados



Estimular a produção intelectual dos advogados da CAIXA e socializar o conhecimento. Este é o objetivo do Programa de Incentivo à Publicações, iniciativa do Conselho Editorial da Revista de Direito que foi abraçada pela Diretoria da Advocef.

A estreia do projeto traz obras produzidas pelos associados Bruno Queiroz, Carolina Jatobá, Gryecos Loureiro, Luiz Guilherme Dellore e Weiquer Guedes. Como explica o presidente da Advocef, Marcelo Quevedo do Amaral, a ideia é enaltecer os talentos dos associados.



“De maneira prática a Advocef decidiu contribuir adquirindo exemplares das obras e sortear entre os nossos associados, o que promove a socialização do conhecimento jurídico, o reconhecimento a valorização dos nossos colegas”, conta.

Para prestigiar o trabalho intelectual, a Associação convidou os advogados a apresentarem as obras na abertura do 28º Congresso da Advocef, em São Paulo. A associada Carolina Jatobá fará o lançamento do livro “O investimento estrangeiro e as atividades públicas” no evento. Ela acredita que a Advocef engrandece tanto o corpo de advogados associados, em especial, quanto a cultura e o ensino, de forma geral.

“Primeiro, por incentivar o próprio autor da publicação na compra de seus exemplares. Segundo, por permitir a disseminação do conhecimento ‘de casa’, de modo que colegas possam conhecer a produção acadêmica dos demais. Por fim, dando relevância à cultura do livro, do ensino, da pesquisa”, comentou.

O associado Weiquer Guedes também fará o lançamento da obra “Esqueceram do réu: a repetição de ações coletivas no insuficiente microsistema processual coletivo brasileiro” na abertura do Congresso. Ele conta que a parceria com a Advocef foi uma importante alavanca para a publicação do livro.



“Este apoio não somente ressalta o compromisso da Associação com a valorização da advocacia da CAIXA e o enriquecimento do conhecimento jurídico, mas também atua como um catalisador para a disseminação de novas ideias e práticas no campo do Direito, além de um estímulo à produção intelectual dos seus associados”, completou.

A Advocef pretende manter o incentivo à produção científica por parte dos associados. Quem tiver interesse em participar do programa deve entrar em contato com a Secretaria no e-mail secretaria@advocef.org.br.

**RESPEITO
POR QUEM
SOMOS**

**IGUALDADE
EM NOSSOS
DIREITOS**

Comissão da Mulher
Advogada na
Advocéf



Carlos Vieira fala à Advocef sobre o futuro da CAIXA

Foto: CAIXA



Presidente da Caixa Econômica,
Carlos Vieira

À frente do banco desde novembro de 2023, o presidente da estatal, Carlos Vieira, falou sobre a modernização tecnológica, o relacionamento com as entidades representativas dos empregados e os desafios dos novos programas lançados pelo Governo Federal. Confira a entrevista:

O senhor é funcionário de carreira da CAIXA e está à frente da Empresa há poucos meses, como pretende dialogar com as entidades representativas dos empregados durante a gestão? A sua gestão pretende considerar as opiniões expressadas pelas entidades de classe nas tomadas de decisão?

Para a CAIXA cumprir sua missão primordial de cuidar da

população brasileira, principalmente a mais carente, nossa gestão tem clareza de que esse papel só se consolida com muito diálogo, agindo sempre com total transparência e respeitando todas as regras de governança. As entidades representativas e os empregados, somos todos parte essencial dessa missão.

A CAIXA é um banco transversal, dialoga com investidores, empresários, parlamentares e

com a população brasileira; é a grande parceira dos municípios e dos estados brasileiros para promover o desenvolvimento econômico, investir em infraestrutura e alcançar a população mais desassistida com as políticas públicas e benefícios sociais do Governo Federal. Isso só acontece com muito diálogo e ações concretas. Nossa gestão está aberta a conversar com todos para beneficiar a população brasileira, e

Vamos incrementar a bancarização e a digitalização de nossos processos, de forma cada vez mais eficaz, para todos os nossos clientes e, principalmente, para a população desassistida”
- Carlos Vieira

ressaltando sempre: com governança e transparência.

A tomada de decisões no banco parte dos debates nos diversos fóruns de governança, do cumprimento das obrigações legais, em total parceria com o poder público e as entidades representativas de todas as esferas da sociedade. A CAIXA respeita e ouve todas as entidades representativas dos empregados e aposentados e está sempre aberta e disposta para o diálogo.

A tecnologia tem impactado cada vez mais a atividade do setor financeiro, sendo determinante para a perenidade de qualquer instituição. Qual o projeto para modernização tecnológica da CAIXA?

Estamos promovendo na CAIXA uma profunda transformação, com foco em processos e pessoas. Seremos referência na prestação de serviços digitais.

Temos o objetivo de reduzir os custos das famílias mais carentes para que não precisem destinar parte de recursos escassos para poderem sacar seus benefícios. A parceria entre a CAIXA e os Correios é um exemplo de uma medida relativamente simples, com baixo custo, e que vai beneficiar a vida daqueles que precisam se deslocar grandes distâncias até uma agência do banco em municípios vizinhos. Com a capilaridade dos Correios e a tecnologia do atendimento remoto, quando não houver o presencial, essa população terá acesso aos serviços e produtos do banco, como já está acontecendo em Peixe-Boi, no Pará.

Estamos investindo muito em infraestrutura, pessoas e capacitação. Com o novo concurso, teremos mais 2 mil empregados focados em tecnologia. Com o TEIA, estamos promovendo novas formas de execução de processos, com foco total no digital. Mas isso tudo sem perder o foco na missão da CAIXA de cuidar da população brasileira, principalmente a mais carente. Estamos em meio a uma revolução digital que pode encurtar distâncias, facilitar a vida de milhares de pessoas, mas que mantém excluído quem não está inserido no universo da informática. Vamos incrementar a bancarização e a digitalização de nossos processos, de forma cada vez mais eficaz, para todos os nossos clientes e, principalmente, para a população desassistida. Portanto, nós focamos tanto na jornada digital dos clientes, quanto no acesso da população mais carente a essas tecnologias.

O Governo Federal tem lançado alguns novos programas, como o Acredita e o Pé-de-Meia, contando com grande participação da CAIXA. O senhor acredita que o banco está preparado para executar esses programas?

Todos os dias a CAIXA está trabalhando para aprimorar processos, com inteligência, análise de dados, controle do fluxo de informações e integração entre as diversas áreas do banco. Tenho como uma das minhas missões na gestão do banco a redução das filas de atendimento nas agências, centralizando nossas ações no cliente. Pautamos nosso modelo de gestão em pessoas, processos e resultados. Com essas premissas, todas as missões que o Governo Federal nos pautar, estaremos preparados para executar da melhor maneira possível, com responsabilidade e cuidado com nossos empregados e clientes.

Somos o maior parceiro do Governo Federal na execução de políticas públicas. Nenhum outro banco entrega casas em Chapadinha, no interior do Maranhão, paga benefícios sociais em todas as regiões do país para milhões de pessoas. Para muitos brasileiros, somos a única porta aberta à cidadania e ao serviço público.

Sobre os programas citados, o Acredita estimula o acesso ao crédito, com foco nos microempreendedores. Em outro eixo, o programa vai viabilizar o chamado mercado secundário do crédito imobiliário, para estimular novos fundings. É uma medida fundamental para o desenvolvimento

do país e a CAIXA não vai medir esforços para ajudar o Governo Federal nessa missão.

Já o Pé-de-Meia é um programa que visa manter os jovens do ensino médio onde eles precisam estar: na escola, na sala de aula. Com um incentivo financeiro, depositado em uma conta na CAIXA, já contemplamos mais de 2,5 milhões de estudantes. Esse é um passo fundamental para diminuir a evasão escolar. Além disso, promovemos a conscientização e educação financeira dos alunos.

Esses e outros programas essenciais do Governo Federal para a população brasileira terão sempre o total apoio da CAIXA e contarão com nossos esforços para chegarem a quem mais precisa de forma responsável, digna, cidadã.

O que sua gestão prepara para o futuro da CAIXA?

A CAIXA tem como objetivo levar cidadania e dignidade para todos os brasileiros. Nesse papel, a centralidade de tudo que fazemos está no cliente. E vale lembrar: o cliente da CAIXA é toda a população brasileira, principalmente a mais desassistida. Desde que nasceu, há 163 anos, a CAIXA tem em seu DNA a missão de cuidar dos brasileiros. Vamos continuar esse legado o aprofundando cada vez mais. Somos o maior parceiro do Governo Federal nas políticas públicas que beneficiam a população. Fazemos parte das realizações do povo brasileiro, que confia no nosso banco para depositar suas economias e

conquistar seus sonhos. Nosso foco está na qualidade dos processos, nas pessoas e na transformação digital.

Na habitação, a CAIXA seguirá apoiando o brasileiro no sonho da conquista da casa própria, mantendo-se líder de mercado no segmento imobiliário e protagonista no Programa Minha Vida (MCMV). Quando falamos em investimentos na casa própria, estamos falando em toda uma cadeia produtiva. Para se ter uma ideia, a origem de crédito recorde no imobiliário em 2023, com 694,3 mil imóveis financiados, beneficiaram mais de 2,7 milhões de pessoas com acesso à moradia própria, gerando mais de 1,3 milhão de empregos, impulsionando o crescimento das cidades e a economia nacional. Vamos avançar cada vez mais nessa direção.

Até 2026, em parceria com estados e municípios, a meta do Governo Federal é contratar 2 milhões de novas moradias. Somente em 2023, a CAIXA contratou 500 mil unidades habitacionais. Estamos trabalhando todos os dias para alcançar esse resultado. Há muito tempo não havia uma atenção ao programa Minha Casa, Minha na Faixa I. Nós estamos dando esse foco.

Vamos seguir como os maiores parceiros do poder público para o desenvolvimento regional. Como um banco social, temos o dever de apoiar a população mais desassistida. Para isso, investimos em 2023 mais de R\$ 15 bilhões em infraestrutura e saneamento. O saldo total do banco para essa área é de quase R\$ 100 bilhões. Essas operações

estão diretamente ligadas ao desenvolvimento nacional e fazem parte do escopo de atuação estratégica do banco.

Do ponto de vista de beneficiar a população para as medidas sociais do Governo Federal, a CAIXA amplia seus canais de acesso com a parceria com os Correios, com foco especial no Norte e Nordeste. E vale destacar a renovada parceria da CAIXA com o BNDES para criação de iniciativas para acesso ao crédito das micro e pequenas empresas. A retomada da parceria entre CAIXA e BNDES também poderá prever acesso a crédito para catadores de recicláveis. A CAIXA já foi o principal agente financeiro para micro e pequena empresa no Brasil e tem interesse em retomar essa atuação, principalmente para atender cadeias produtivas. Uma medida já em implantação é a criação de uma conta 100% digital para os micros e pequenos empresários que em breve lançaremos.

Tudo isso tem uma centralidade: o cliente da CAIXA. Nessa missão nada trivial de ser o banco de toda a população brasileira, com foco em atender cada vez melhor toda a sociedade, nosso legado será manter a CAIXA em direção à promoção da cidadania; ao apoio a quem mais precisa; ao investimento do desenvolvimento regional; à geração de emprego e renda para micro e pequenos empreendedores; à promoção da diversidade, da cultura e do esporte; ao respeito aos empregados, com as melhores condições de trabalho; isso tudo com transparência e diálogo, sempre.

ATUALIZE SEUS DADOS

no sistema da Advocef

Estado civil

Endereço

E-mail

Telefone

Lotação

Acesse o seu perfil no site da Advocef e veja se é preciso atualizar alguma informação. É fácil, rápido e simples!

Advocef

Lançamento da obra Judiciário Consultivo, do associado Gryecos Loureiro

Foto: Eugenio Novaes



A OAB Nacional foi palco do lançamento do livro “Judiciário Consultivo - uma alternativa frente à complexidade”, do associado Gryecos Loureiro, com prefácio de Georges Abboud. O evento, em abril deste ano, reuniu associados de diversos estados brasileiros, que estiveram na Capital Federal para a reunião de gerentes do corpo jurídico da CAIXA.

Gryecos conta que ter feito doutorado e escrito livro em concomitância ao período em que atuou como diretor jurídico foi um projeto familiar, que precisou de muita “paciência e suporte emocional para que a tarefa fosse concluída”. Para ele, celebrar a realização desse sonho com colegas do Brasil inteiro foi “a coroação máxima”.

“O papel da Advocef foi determinante nesse sentido. Apoiar o aspecto intelectual dos Advogados a CAIXA prestigia a nossa carreira e evidencia, abre portas para que quem se dedica à pesquisa acadêmica possa divulgar o seu trabalho, aparecer primeiro dentro de casa para, em paralelo, aparecer fora, e, nesse sentido, esse projeto da Advocef eu reputo como sensacional assim, eu só tenho a agradecer”, disse.

O presidente da Advocef, Marcelo Quevedo do Amaral, falou sobre o apoio da Associação, que busca estimular a disseminação do conhecimento na área do Direito e promover os trabalhos e talentos dos associados.

“O Programa de Incentivo, uma iniciativa do Conselho Editorial de nossa Revista de Direito, é mais um meio que a Advocef oportuniza para socializar o conhecimento jurídico e valorizar os nossos associados, que são referência em diversos assuntos do mundo do Direito”, explicou.

Outra forma de dar visibilidade ao trabalho dos advogados da CAIXA é a Revista de Direito, publicada semestralmente pela Advocef, com artigos originais com ênfase à pesquisa, ao ensino e à prática do Direito.

“O nosso quadro jurídico tem exportado conhecimento técnico para além dos muros da CAIXA e nós temos que valorizar isso. É motivo de grande orgulho para a Advocef ter em seu quadro associativo nomes engajados nessa tão nobre missão”, completou o diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro.

A obra

Gryecos Loureiro baseou o livro em sua tese de doutorado, propondo uma análise inovadora sobre o Sistema do Direito. Ele destaca uma lacuna na dimensão consultiva do Judiciário, sugerindo que sua ausência contribui para a morosidade dos julgamentos, a insegurança jurídica e a volatilidade da jurisprudência. Além de identificar o problema, Loureiro também propõe um modelo concreto para implementar um Judiciário consultivo em conformidade com a legislação processual brasileira. O livro está disponível para compra no site da Editora Thoht. Saiba mais em www.editora-thoht.com.br.



Membras da Comissão da Mulher Advogada na Advocef pretendem discutir temas abordados no evento com os associados

A cidade de Curitiba (PR) foi palco do maior evento da advocacia feminina no Brasil, realizado entre os dias 14 e 15 de março deste ano. Mais de 4 mil pessoas, incluindo mulheres de todo o país participaram da IV Conferência Nacional da Mulher Advogada, entre elas, estiveram presentes, em nome da Associação, a presidente da Comissão da Mulher Advogada na Advocef, Camila Modena Bassetto Ribeiro, e a 2ª secretária Fabiola Oliveira Alencar. Membro da Comissão, a associada Carolina Jatobá, participou do congresso por conta própria,

e se uniu às colegas na representação feminina do corpo jurídico da CAIXA.

Durante o discurso de abertura, a presidente da OAB/PR, Marilena Winter, disse que o evento não é uma conferência exclusivamente para mulheres. “A causa é de todos e nós precisamos de todos para o que ela nos apresenta. Nesse contexto, a OAB caminha unida, como deve ser, para eliminar todas as formas de discriminação de gênero, para superar iniquidades, trabalhar pela justiça e combater o preconceito contra as mulheres nos espaços profissionais pri-

vados e públicos, especialmente no Sistema de Justiça e nos ambientes bastante propensos a dar vazão a essas discriminações”, afirmou.

Além das falas encorajadoras, a cerimônia inicial emocionou a todos com a apresentação teatral “A esperança é uma rocha que resiste ao tempo”, de Cezar Britto, encenada por mulheres advogadas. Marcado por diversos momentos de reflexão, o evento foi pautado na evolução e no protagonismo feminino, e trouxe luz a diversos temas sociais, como a equidade e a igualdade de oportunidades en-

tre homens e mulheres no campo jurídico.

A participação da Advocef na IV Conferência Nacional da Mulher Advogada foi registrada logo no início dos trabalhos e anunciada durante a cerimônia de abertura. Como explica a 2ª secretária, Fabiola Oliveira Alencar, a Associação mantém forte laço institucional com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além disso, o congresso é um marco importante para a entidade, que tem buscado ampliar a atuação em prol das associadas. “A Advocef se faz presente sendo representada pela Comissão da Mulher da qual eu faço parte, então, é uma honra poder representar a Associação neste evento grandioso cheio de mulheres incríveis, de discussões valiosas”, completou.

Foto: Arquivo Advocef



Carolina Jatobá, Fabiola Alencar e Camila Modena na abertura da IV Conferência Nac. da Mulher Advogada

A presidente da Comissão da Mulher, Camila Modena Bassetto Ribeiro, ressaltou o alto nível dos assuntos abordados e demonstrou interesse em promover as discussões junto aos demais colegas da CAIXA. “Essa conferência trouxe painéis com temas muito importantes, especialmente para as mulheres, mas também para a carreira e toda a sociedade, inclusive,

dada a relevância desses assuntos nós estamos articulando junto à Diretoria de levar as palestras para o nosso congresso, para todos os advogados terem a oportunidade de ouvir essas palestrantes”, explicou. A Comissão da Mulher Advogada na Advocef busca aumentar o reconhecimento e valorizar o papel das mulheres advogadas da CAIXA na instituição.

Foto: Foto: Raul Spinassé/CFOAB



Cléa Carpi recebe homenagem durante a IV Conferência Nacional da Mulher Advogada

Dois gerações na Advocacia

Pioneira na participação da mulher advogada na OAB, Cléa Carpi, 87 anos, foi a primeira e única a receber a Medalha Rui Barbosa, a maior comenda concedida pela Ordem. Conselheira federal por sete mandatos, também foi a primeira mulher a assumir a secretaria-geral do Conselho Federal, e a primeira a assumir interinamente a presidência da entidade. Homenageada durante a IV Conferência Nacional da Mulher Advogada, Cléa Carpi tem uma trajetória marcada pela defesa dos direitos humanos e pela defesa da democracia. “A história da Dra Cléa Carpi é inspiradora. Foi uma honra conhecê-la pessoalmente”, disse a associada Carolina Jatobá, que fez questão de registrar o momento.



Carolina Jatobá ao lado de Cléa Carpi

Foto: Arquivo Pessoal

Gerente da Unidade Jurídica do Paraná, o associado Alaim Giovani Fortes Stefanello prestigiou a Conferência. “É importante os homens estarem aqui para ouvir e aprender sobre questões que vão muito além da advocacia”, destacou.

Empolgada com a experiência, a associada Carolina Jatobá, conta que esta foi a primeira conferência em que houve pa-



Alaim Giovani Fortes Stefanello e Carolina Jatobá

Foto: Arquivo Advocef

riedade entre os conselheiros. “É um marco muito significativo para toda a Advocacia Nacional, especialmente para nós, mulheres”. Além de temas relacionados ao gênero feminino, os painéis abordaram comunicação persuasiva, marketing jurídico e negócios, oratória, novos nichos de mercados e outros assuntos.

Associado Bruno Queiroz recebe Título de Cidadão de Fortaleza

Fotos: ZeRosa Filho CMFor



Associados do Jurídico de Fortaleza prestigiam solenidade

O diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, e a diretora de Honorários Maria Rosa de Carvalho prestigiaram a cerimônia na Câmara Municipal de Fortaleza

O diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, e a diretora de honorários Maria Rosa de Carvalho representaram a Advocef na solenidade de entrega do Título de Cidadão de Fortaleza ao associado Bruno Queiroz, em março deste ano, na Câmara Municipal de Fortaleza. Proposta pelo vereador Raimundo Filho (PDT), a homenagem evidenciou o trabalho realizado pelo jurista na Capital.

“A homenagem ao nosso querido Bruno Queiroz é mais que merecida, pois ele exerce um trabalho muito importante dentro e fora dos muros da CAIXA, digno do reconhecimento de todos nós”, disse o diretor da Advocef.

Presidente do Conselho Editorial da Revista de Direito da Advocef, Bruno Queiroz agradeceu a presença dos diretores e dos colegas associados do Jurídico de Fortaleza, que compareceram à solenidade.

“Fiquei extremamente feliz com a presença do Dr. Carlos Castro e da Dra. Maria Rosa representando a Associação, até porque o trabalho que eu venho desenvolvendo na presidência do Conselho Editorial e mostrando o pensamento jurídico da nacional da Advocacia da CAIXA através da Revista de Direito certamente contribuiu para esse reconhecimento que recebi da Câmara Municipal de Fortaleza”, destacou.

No discurso, o vereador Raimundo Filho enalteceu o merecimento do título, entre outros pontos, em razão dos serviços prestados por Bruno Queiroz à cidade de Fortaleza, como advogado e professor. “Além de me sentir muito honrado em lhe conceder tal honraria posso afirmar que essa Casa não se decepcionará dessa homenagem e o homenageado, de certo, também estará ciente da sua responsabilidade e, com certeza, subscreverá o compromisso solene de tudo fazer para honrar o nome de Fortaleza e defender os interesses de sua gente”, destacou o parlamentar.

A solenidade contou com a presença de autoridades políticas e do mundo jurídico, como o vereador Léo Couto (PSB), o corregedor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho; do procurador do Estado do Ceará, Dr. Leonardo Borges, o superintendente-executivo habitacional da Caixa Econômica Federal, Dr. Luís Gurgel do Amaral Filho, a gerente jurídica regional da Caixa no Ceará, Dra. June de Jesus Veríssimo, o presidente da Academia Cearense de Direito, Dr. Roberto Victor Pereira Ribeiro, o presidente do Instituto dos Advogados do Ceará, Dr. José Damasceno Sampaio, e do diretor jurídico da Federação Cearense de Futebol, Dr. Leandro Vasques.

Foto: Reprodução/Internet



Cerimônia contou com a presença de autoridades

Ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira toma posse como membro honorário da Academia Cearense de Direito

Foto: Reprodução/Internet



Bruno Queiroz, Antonio Carlos Ferreira e Roberto Victor na cerimônia de posse da ACD

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Carlos Ferreira foi empossado como acadêmico honorário da Academia Cearense de Direito em cerimônia no auditório da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) em abril deste ano. A Advocef participou do evento, representada pelo diretor de relacionamento institucional, Carlos Castro, e pelos associados do Jurídico de Fortaleza.

“Em nome de todos os associados parabeno o ministro Antonio Carlos Ferreira. É uma grande honra para a Advocef prestigiar a trajetória do amigo que tanto contribuiu com a categoria em seus tempos de advogado CAIXA e hoje segue prestando um importante trabalho à Justiça brasileira”, comentou Castro.

Membro titular da Academia Cearense de Direito, o associado Bruno Queiroz Oliveira fez o discurso de recepção ao novo acadêmico. “Registre sua atuação como Diretor Jurídico da CAIXA e sua enorme contribuição para a jurisprudência do nosso país em sua atuação como ministro do Su-

perior Tribunal de Justiça”, disse o advogado, que é presidente do Conselho Editorial da Revista de Direito da Advocef.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente da Academia Cearense de Direito, Roberto Victor Pereira, e foi prestigiada por autoridades do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), como o presidente Fernando Braga, a vice-presidente Germana Moraes e o corregedor geral Leonardo Carvalho.



Associados do Jurídico de Fortaleza prestigiaram a posse do ministro Antonio Carlos Ferreira

Foto: Reprodução/Internet

A Academia

A Academia Cearense de Direito foi fundada em 2016 e reúne advogados, magistrados federais e estaduais do trabalho, membros do Ministério Público Federal e Estadual, procuradores de Estado e Municípios, membros dos poderes legislativo e executivo e bacharéis em Direito, com o objetivo de aprofundar os estudos do Direito em todos os seus ramos e aperfeiçoar o ensino no Estado.

EBRADI

ESCOLA BRASILEIRA
DE DIREITO

ECOSISTEMA
ânima

ESTUDE COM GRANDES NOMES DO DIREITO. FAÇA SUA PÓS-GRADUAÇÃO ONLINE.



THEODORO
AGOSTINHO



NATHÁLIA
MASSON



GUILHERME
NUCCI



RAFAELO
GYICE BLUM



HELMUT
KUSCHWALD



FLAVIO
FARUQUE



MENEZES
AUGUSTO MENDES



FERNANDO DE
GODOY BUENO



HUMBERTO
THEODORO JR.



MISIAEL
KRCURI NETO



MINISTRO
MES GANDRA FILHO



GUSTAVO
TEPEDINO



PAULO HENRIQUE
LUCENA



MESANDRA
MARTINS



GISELDA
FRONZONI



FLÁVIA
PIOVESAN



MARCUS
EUDIUS

GARANTA O CUPOM* DE 30% DE BOLSA. APROVEITE: **ADVOCEF30**

*O desconto previsto não será aplicável em campanhas cujo desconto seja igual ou superior a 49% OFF no site EBRADI.

Acesse: www.ebradi.com.br

Equacionamento do REG/Replan Não Saldado chega ao fim

Foto: Reprodução/SiteFUNCEF



Participantes da modalidade foram ressarcidos em R\$ 3,45 milhões das contribuições extraordinárias recolhidas de janeiro a março deste ano

A FUNCEF e a CAIXA anunciaram, em março deste ano, o fim das contribuições extraordinárias para os 5,6 mil participantes do REG/Replan Não Saldado. O reequilíbrio da modalidade Não Saldada foi alcançado com parte do superávit de R\$ 200 milhões, apurado no balanço de 2023.

De acordo com a Fundação, o montante foi utilizado para quitar integralmente os dois planos de equacionamento vigentes, 14 anos antes do prazo previsto. Com isso, a partir de abril de 2024 deixaram de constar nos contracheques os descontos médios de 1,13% para 938 empregados CAIXA na ativa e de

1,74% para os 4.715 aposentados e pensionistas.

“Em nome de todos os profissionais da FUNCEF, quero agradecer à confiança que recebemos dos participantes do REG/Replan Não Saldado e ao apoio da nossa patrocinadora nos últimos anos. O fim das contribuições e a devolução de recursos, possibilitados por uma gestão técnica e de excelência, mostram que estamos no caminho certo”, afirmou o presidente da Fundação, Ricardo Pontes.

Ainda no mês de abril, a FUNCEF também promoveu a devolução das contribuições extraordinárias recolhidas de janeiro a março deste ano, um total de

R\$ 3,45 milhões. Do valor total anunciado, R\$ 2,92 milhões foram creditados aos mais de 4,6 mil aposentados e pensionistas do plano. E os R\$ 532 mil restantes, aos participantes ativos e autopatrocinados. O ressarcimento ocorreu porque a apuração de resultado teve como data-base 31 de dezembro de 2023.

O presidente da CAIXA, Carlos Vieira, disse que o fim do equacionamento no REG/Replan é emblemático e foi muito esperado pelos participantes. “Esperamos agora avançar no Saldado com um olhar na gestão de ativos e passivos e uma participação ativa da patrocinadora”.

REG/Replan Saldado

De acordo com Ricardo Pontes, a FUNCEF segue comprometida em reduzir os efeitos dos equacionamentos também no REG/Replan Saldado. Segundo ele, o desafio neste caso é mais intenso, porque não há muita margem para ajustes no passivo e o déficit acumulado é maior.

“Estamos empenhados em encontrar uma solução conjunta com a CAIXA. No Saldado, existe um déficit não contemplado pelos equacionamentos, que precisa ser eliminado para possibilitar a revisão dos descontos. Em 2023, esse déficit caiu para R\$ 1,78 bilhão, considerando o equilíbrio técnico ajustado”, completou Pontes.

Convênio **Advocef** e **Escola da Magistratura Federal do Paraná**



Aprimore seu conhecimento nas mais diversas áreas do Direito.

Cursos de Pós-graduação

Cupom: **ADVOCEF500**

Ganhe R\$ 500,00 de desconto em sua Pós-graduação



Cursos de Extensão

Cupom: **ADVOCEF30**

Ganhe 30% de desconto em seu curso de Extensão

LGPD para o Setor Público

Como elaborar um parecer

Perícia Médica Previdenciária: o que o Advogado Deve Saber

Danos Materiais e Morais na Lei Geral de Proteção de Dados

Os Pilares do Programa de Compliance

Planejamento Previdenciário

Governança ESD - Integridade Sustentável

Crimes Eleitorais: Processo Penal Eleitoral

Certidão de Tempo de Contribuição

Introdução ao Direito Tributário e Processual Tributário

Direito Probatório no Processo Penal

Introdução ao Direito Animal

Teoria Geral do Processo Civil

O legado de Rumiko Tanaka



“Rumiko é uma figura que ficará marcada na memória de todos nós e a quem devemos muita gratidão, pois sua atuação foi de grande importância para a chegada da Advocef à Mesa de Negociações CONTEC/CAIXA, o que possibilitou a conquista da NES 2013 e muitas outras batalhas vencidas” - Carlos Castro

Uma vida dedicada a milhares de pessoas. Assim ficou marcada a trajetória da sindicalista Rumiko Tanaka, figura atuante nas batalhas em prol dos bancários de todo o Brasil, falecida em abril deste ano

Amigo pessoal e companheiro em diversas lutas, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), Lourenço Ferreira do Prado, lembra de momentos marcantes, como quando conheceu Rumiko Tanaka, em meados dos anos 1980, num evento na Capital Federal. Ela, como representante da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato

Grosso e Mato Grosso do Sul, embora não fosse empregada da CAIXA, conhecia a empresa tão bem quanto os colegas do banco, o que chamou a atenção de todos.

Além do chapéu, outros pontos que destacavam aquela grande mulher — apesar da baixa estatura — eram o preparo, a serenidade e o cuidado que tinha em lidar com os temas e com as pessoas. Isso motivou Lourenço

a convidar Rumiko a liderar a diretoria de assuntos da mulher na CONTEC. Três anos depois, foi chamada a assumir a tesouraria da Confederação, e atuou por mais de 20 anos como diretora de finanças.

Lourenço elenca as características que marcaram o trabalho da colega. “A disponibilidade política dela de participar de todos os eventos, a disponibilidade dela, de forma integral, 24

Foto: Reprodução/Internet



Carlos Castro, Rumiko Tanaka, Lourenço do Prado e Álvaro Sérgio Weiler Jr

horas por dia praticamente, dedicada ao movimento sindical. A honestidade, o compromisso permanente de bem exercer o mandato e as incumbências que ela recebia”, lembra o presidente da CONTEC.

Na área internacional, Rumiiko representou a entidade em diversos eventos e confederações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Ela também cuidou de forma muito exemplar daquilo que envolve todo o esforço do Brasil e do mundo pela erradicação do trabalho infantil”, conta Lourenço.

Quem também homenageia a amiga e companheira de lutas é o diretor de relacionamento institucional da Advocef, Carlos Castro. Ele conta que o trabalho de Rumiko foi muito importante na migração do Programa de Assistência Médica Supletiva (PAMS) para o Saúde Caixa

e numa série de outros temas que beneficiaram os empregados da CAIXA.

“Rumiko é uma figura que ficará marcada na memória de todos nós e a quem devemos

muita gratidão, pois sua atuação foi de grande importância para a chegada da Advocef à Mesa de Negociações CONTEC/CAIXA, o que possibilitou a conquista da NES 2013 e muitas outras batalhas vencidas”, comentou Castro.

Os amigos lembram com orgulho da trajetória de Rumiko Tanaka e agradecem pelo legado de dedicação, entrega e resistência deixado por ela, que permanece viva na memória daqueles que a conheceram.

“A gente faz, dentro do movimento sindical, uma série de amizades que nunca vai esquecer, são amizades perfeitamente indelévels e com a Rumiko Tanaka foi isso. Ela foi uma companheira que nunca existirá outra igual para trabalhar, em matéria de compromisso, dedicação plena, em matéria de trabalhar realmente 24 horas por conta do movimento sindical. Foi uma perda irreparável”, concluiu Lourenço Ferreira do Prado.



Anna Claudia de Vasconcellos, Rumiko Tanaka e Carlos Castro

Foto: Arquivo Advocef

A força da união dos trabalhadores

O movimento sindical tem seu início marcado em 1931, com um decreto conhecido como Lei de Sindicalização, fortalecido em 1943, com a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT. Porém, a nossa história começa mais tarde, em 28 de julho de 1958, com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC). Apesar de representar os bancários, a entidade não falava pelos trabalhadores da CAIXA, pois, durante anos foram considerados “economiários” o que os impedia de estarem vinculados a sindicatos.

Em meados de 1980, a CAIXA realizou concurso para contratar 20 mil escriturários básicos, que ingressaram na carreira com salário 50% inferior ao piso dos empregados mais antigos, apesar das mesmas atribuições. A diferenciação salarial levou os trabalhadores a reivindicarem isonomia de tratamento. Com a pressão, a direção do banco promoveu dois processos seletivos internos, mas as 4 mil vagas não eram suficientes para os 20 mil escriturários da época. Em protesto, um grupo de bancários se recusou a fazer as provas e foram demitidos.

Diante da situação, os trabalhadores decidiram se mobilizar pelo enquadramento dos 20 mil escriturários, mas também pela jornada das seis horas, pelo reconhecimento dos empregados da CAIXA como bancários e pelo direito à sindicalização. A partir dessa mobilização foi organizado o primeiro Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, que ocorreu entre 19 e 20 de outubro de 1985, em Brasília (DF), quando foi aprovada a realização da primeira greve nacional.

Foi então que no dia 30 de outubro de 1985 a CAIXA parou por 24 horas em todo o Brasil, com adesão de praticamente 100% dos trabalhadores. O dia histórico resultou em mudanças na Empresa, com a aprovação do Projeto de Lei 4111/84 no final do mesmo ano, que estabeleceu a jornada de seis horas diárias e alteração do parágrafo único do artigo 556 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) garantindo o direito à sindicalização.

Em 1992 foi fundada a Advocef, para defender a Caixa e os advogados da empresa em diversas batalhas. Uma delas foi iniciada em 2008, quando a Associação foi convidada a participar da mesa de negociações CONTEC/CAIXA. Na ocasião, conseguimos incluir uma cláusula em que a CAIXA deveria apresentar um novo plano de carreira para os profissionais da empresa até março de 2009. Como a Empresa não cumpriu o prometido, advogados, arquitetos e engenheiros se uniram numa mobilização iniciada em abril daquele ano, que culminou na maior greve da categoria bancária da história da CAIXA, com 52 dias de paralisação. A Advocef foi peça fundamental para o sucesso do movimento paredista.

Na época, o banco apresentou uma nova tabela salarial, que não atendia aos interesses da maioria dos profissionais da empresa, mas foi o possível no momento, porém a luta não havia chegado ao fim.

Em 2010, assumi a presidência da Advocef e junto com os colegas engenheiros e arquitetos, iniciamos uma nova batalha que resultou na unificação da carreira com a edição da Nova Estrutura Salarial (NES 2013).

Vejam como é importante uma Associação forte e combativa. Já passamos na CAIXA por administrações desastrosas, onde colegas eram perseguidos, assediados, mas sobrevivemos, inclusive à onda privatista, que por muitos governos tinha o foco em vender a Empresa para fortalecer o caixa do tesouro. E todos nós sabemos o destino desses recursos.

Temos que continuar lutando por uma CAIXA 100% Pública, para que ela possa continuar a cumprir a sua missão social, em especial junto aos menos favorecidos. Essa não é uma luta só nossa, mas do povo brasileiro. Por isso, peço que associem-se à Advocef, às suas APCEFs e filiem-se aos nossos sindicatos dos bancários, pois juntos somos muito mais fortes.



Carlos Castro é diretor de relacionamento institucional da Advocef e presidiu a entidade por dois mandatos seguidos (2010-2012/ 2012-2014).

INSTITUTO DE INGLÊS JURÍDICO THIAGO CALMON ENGLISH

- *Direito Empresarial*
- *Contratos Internacionais*
- *Inglês Jurídico*
- *Sistema Jurídico Britânico e Americano*
- *Técnicas de Escrita Jurídica*

Descontos exclusivos para associados!

Advocef

 thiagocalmonenglish.com

 @institutodeinglesjuridico

 @thiagocalmonenglish



Cursos Online
Workshops
Traduções
Consultoria

Associados do JURIR/PO participam da Copa Lei e levam nome da Advocef na camisa do time

Devido as chuvas que atingiram o RS, os jogos foram suspensos e ainda não há imagens dos jogadores com o novo uniforme da Advocef

Foto: Reprodução/Internet

Torneio reúne integrantes de carreiras jurídicas amantes do futebol em tradicional evento esportivo promovido no Rio Grande do Sul

Dribles, jogadas ensaiadas, apitos, e os tão esperados gritos de gol. Tudo isso faz parte da rotina dos associados da Unidade Jurídica de Porto Alegre (JURIR/PO), Ismael Sole, José Gabriel Boschi, Loy Marques, Pablo Drum, Rinaldo Penteadado e Volnir Cardoso. É que eles jogam na Liga Esportiva da Integração das carreiras jurídicas, ou Copa Lei, um tradicional campeonato de Futebol Society entre profissionais do meio jurídico do Rio Grande do Sul, que é realizado desde 2014.

O torneio surgiu de uma ideia de integração entre as carreiras típicas de estado ao nível estadual, federal e municipal, como forma de promover um encontro entre os colegas fora de um ambiente de trabalho, para um âmbito mais acolhedor.

O associado Ismael Sole foi o primeiro a participar do evento esportivo e, durante algum tempo, ele foi o único advogado da CAIXA a jogar, até que decidiu convidar o colega de unidade, o

associado Pablo Drum a integrar o time composto por atletas da DPU e da Advocacia-Geral da União (AGU).

Atualmente a Copa Lei está na 9ª edição. Desde o início, o campeonato só não ocorreu nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia de Covid-19. De acordo com a regra, os jogos se iniciam nos meses de março e abril e terminam no mês de novembro.

Reforços na equipe

Com atletas afastados em razão de lesões, neste ano, o time da DPU/AGU passou a contar com reforços do Jurídico da CAIXA. Além de Ismael e Pablo, os associados José Gabriel Boschi, Loy Marques, Rinaldo Penteadado e Volnir Cardoso também fazem parte do grupo. Com o time majoritariamente formado por associados, os advogados se sentiram motivados a representar a Associação e Empresa na Copa Lei.

“Conversamos com o presidente, Dr. Marcelo Quevedo, que também é aqui do Rio Grande do Sul, sobre a ideia e ficamos muito felizes com o incentivo para levar o nome da Advocef na camisa do nosso time”, comenta Pablo Drum.

O uniforme da equipe tem as cores da CAIXA, uma mistura de azul com detalhes em laranja, e o nome da Advocef no peito.

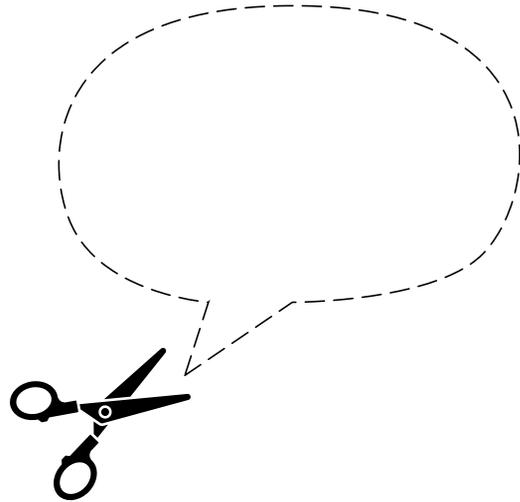
“O incentivo da Advocef traz um reconhecimento maior ao corpo jurídico da CAIXA na participação do evento, além de ser também uma forma de estimular hábitos de vida saudáveis aos associados”, destaca Ismael Sole.

A disputa segue ao longo do ano, primeiramente com os times todos jogando entre si, depois segue para as fases eliminatórias. Com a equipe mais encorpada com a chegada dos novos atletas, a expectativa do time é avançar no decorrer do campeonato e alcançar uma boa classificação.

CONVERSA SIMPLES

por Manoel Messias Fernandes de Souza

No cabeleireiro:
 Conversa vai e vem
 Como vagão de trem!
 Tesoura à mão
 Quer saber
 a moça do salão:
 “O Senhor trabalha também
 no ramo da beleza?”
 Não titubeio: “Meu bem,
 sim, com certeza!”
 “Cuido, sem descuido, da beleza da poesia!
 Faço as sobrancelhas do tempo
 cacheado nos cabelos do vento
 botox nos lábios das flores
 tinjo emoções multicores!”
 Ininterruptamente,
 a tesoura premida,
 pelos dedos, abre e fecha...
 Abre e fecha ... abre e fecha
 aspas: “Corte pronto!”
 O rosto no espelho
 segue a vida
 Realisticamente...



COLÉGIO SANTA RITA

por Manoel Messias Fernandes de Souza

No topo de esplanada rua
 a Dama da cultura medinense
 (empoderada, nobre, culta!)
 à maestria de valsa vienense
 dirigia o Colégio Santa Rita
 com civismo quase castrense.

Do brilho do sapato preto
 à limpeza do uniforme...
 (mas sempre discreto!)

O porteiro os examinava
 e arregalava olho enorme
 Visse um pingo disforme!
 Anotar na caderneta diária
 Qualquer indisciplina vária!
 Eram ordens da “doutora”
 símbolo de “lei e ordem”!

Marcou época no ensino
 pela educação provedora!
 Mestres igualmente ordeiros,
 diletantes nos ensinamentos;
 “Alunos aplicados”, escudeiros
 da cultura e seus engajamentos.
 Eis o retrato simples e singelo
 de berço cultural sem paralelo!



Imagem: Freepik

INGAZEIRA

por Manoel Messias Fernandes de Souza

Oh, dulcíssima e velha ingazeira
que, do remanso do rio, à beira,
repousaste frondosa e altaneira!
Em águas plácidas, que tocaste,
as raízes não voltarão, outra vez,
a banharem! Nem Heráclito o fez!

No meio natural insciente e fluido
que te resta em termos orgânicos
sobejas só em ser estaticamente
o que nós humanos, por descuido
seríamos sem ideias na mente!
Sentido organicista e deprimente!

Por que lançar frutos aos peixes
e gotículas d'água em sudação?
Mudança espontânea e fluida:
A seiva bruta natural pelos feixes
de vasos lenhosos em ascensão.
Seiva elaborada nas folhas então.



Imagem: Freepik

Imagem: Freepik



LATINISMOS

por Manoel Messias Fernandes de Souza

Termos que como zumbis desfilam
Em busca de objetos perfilados.
Do templo o unguento eles destilam
E enchem os tonéis de alabastro!
“Ad hunc modo”, mero emplastro?
Toma, do latim, “língua morta”
O Direito famosos brocardos.
Expressões feito “Sempre-vivas”
A todo tempo florescem à porta.
“In fine”, são formidáveis e altivas.
“Contra lege” e últimos “falantes”
Destes “verbetes” dizem aberrantes
Os arautos da modernidade escrita
Sob pretexto que soam angustiantes
Na fala e interpretação circunscrita!

UM CONTO EM VERSOS

por André Justi

A Dúvida e a Certeza eram irmãs muito diferentes.
 Enquanto esta lhe sobrava convicção. Aqueloutra só agia depois de muita reflexão.
 Sempre muito amigas, não havia tempo pra discussão.
 Uma ajudava a outra, sempre em clima de colaboração.
 Até que lhes chegaram à juventude, com sua constante inquietação.
 Cada uma querendo ser a melhor, numa tremenda competição.
 A Certeza, a mais velha, não queria conversa não!
 Sempre dizia como eram as coisas, do começo até o fim, sem a menor hesitação.
 A Dúvida, diante da Certeza, pensava e refletia, mas na hora de decidir, demorava na ação!
 A Certeza, disse então:
 - Pra que tanta incerteza, com tanta lentidão?! O importante é agir, a consequência não vou medir, independente da interpretação!
 A Dúvida logo arranhou uma boa argumentação:
 - De que vale tanta certeza, se as coisas nem sempre são como parece que são?!
 - E se não é possível saber de tudo, por que não fazer uma bela reflexão?!
 Diante do impasse, as filhas recorreram ao pai de toda decisão, o Seu Destino, que logo à porta aguardava as duas filhas, para uma boa pregação.
 E quando perguntado, qual seria o melhor caminho, o da Dúvida ou da Certeza, respondeu com orgulho e exatidão:
 - Tudo depende do seu destino, cada qual com a sua razão!
 A resposta, porém, não convenceu as duas meninas, que muito embora tenham compreendido, continuavam a competição.
 Pra arrematar a questão e resolver quem ganharia a competição, se socorreram à Dona Sabedoria, mãe das duas meninas, que sempre as criou com respeito às singularidades, diferenças e autonomias, sem qualquer distinção!
 Até que lhes apontou a grande decisão. Qual seria melhor, a Certeza ou a Dúvida, eis a questão?
 Do alto de sua experiência, a Dona Sabedoria, lhes devolveu com outra indagação:
 - Pra que saber quem é a melhor, nessa eterna competição?!
 - Ora uma, ora outra, depende da situação!
 - Na verdade, minhas filhas, vocês se completam! O que seria de uma sem a outra? Pensem bem nessa ponderação!
 - Que tal esquecerem a competição e agirem em cooperação?!
 - Depois que se entenderem, venham me contar sobre a solução.
 - E não esqueçam de chamar aquela velha prima, a Sinergia, que sempre tende a multiplicar essa equação!

VIDA QUE PASSA

por André Justi

A vida é assim mesmo
 Todo dia um desafio,
 Parece andar a esmo,
 E caminhar por um fio.
 Umás vezes fica escassa,
 Outras acaba sendo dura.
 Mas o tempo passa!
 E tudo cura!!
 Uma hora virá em abundância
 Nunca desista!
 Ainda que a dificuldade exista!
 Tem que ter perseverança!
 Escreva e edite sua história,
 Todas linhas em próprio punho,
 Pra ficar guardado na memória,
 Pois a vida não tem rascunho!



Imagem: Freepik

VALE O QUANTO PREZA

por André Justi

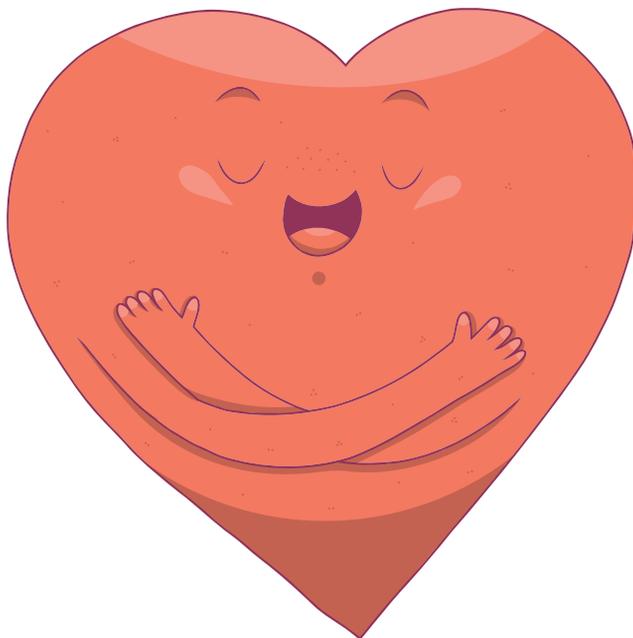
Tudo na vida tem seu valor,
 Mas cada um tem o seu preço,
 E quanto vale um só apreço,
 Se não é dado com amor?!

Se eu já tenho, não te peço,
 Mas, na verdade, te confesso,
 Se me deres com amor,
 Agora tem outro valor!

E se me deres o que tens,
 Terá um grande valor pra mim,
 Mas se me oferece com desdém,
 Já não tem tanto valor assim!

Se tudo o mais que te convém,
 Valor algum verás que tem,
 E nada mais te interessa,
 Pois tudo só vale o quanto preza!

Imagem: Freepik



QUANTOS CORAÇÕES CABEM NUMA (C)AIXA?

por André Justi

Há vinte anos chegava sem expectativas,
E tua grandeza já me encantou.
Como pode transformar tantas vidas,
E desempenhar com tamanho louvor?

Com o tempo fui me achegando,
E a afinidade brotou da relação.
Minha vida também foi transformando,
Crescendo e ganhando o meu coração.

De repente, já não me via sem ti.
Cada capítulo, um belo fim.
E com tua marca indelével,
Pintou tuas cores em mim!

Agora no curso da minha história,
Você já me demarcou com o teu X.
É que nessa caixa cheia de glórias
Tuas vitórias é que me fazem feliz!

“Que seja eterno enquanto dure!”
Pois sem você nada se encaixa.
Ainda que a dúvida perdure:
Quantos corações cabem numa Caixa?!



BEM ME QUER

por André Justi

Se num dia o mal me quer,
No outro me tens um bem querer,
São as estações de uma mulher,
Que dão a graça ao seu ser!
Se o mundo muda o tempo todo,
O que dela vou dizer?!
Se transforma até seu corpo,
Para o milagre da vida acontecer?!
Diante desta bela flor,
Não se deixe esmorecer,
Se um dia uma pétala cai,
E se isso não te atrai,
Outra mais bela irá nascer.
E quando chegar a primavera,
Já valeu a longa espera,
Para o esplendor aparecer.
Muitas rosas, tantas pétalas,
E um grande amor a florescer!!!

Imagem: Freepik



A CASCA

por *Elga Lustosa*

A vida me fez dura.
Dura como uma casca.
Nas venturas e desventuras,
Sei me colocar.

A dureza me moldou.
Moldou para ser eu.
Eu já não existo sem a casca,
Ela me reveste e me integra.

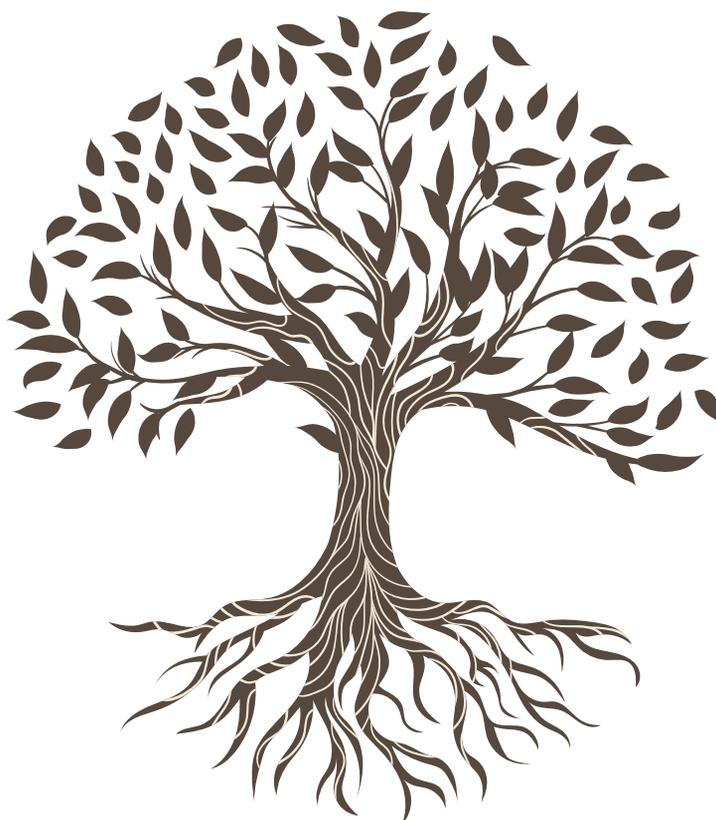
Quanto mais velha for,
A casca se espessa.
Eu já não sou
Sem a casca.

Nasci uma,
Morrerei outra.
Porque tudo que foi
Fez essência em mim.

FASES DA VIDA

por *Márcio Berto Alexandrino de Oliveira*

Tempos difíceis;
Tempos sombrios;
Períodos turbulentos;
Nuvens passageiras;
Mar revolto;
Dificuldades necessárias;
Ciclos necessários;
São nestas intempéries que se faz bom
marinheiro;
Que os indivíduos se tornam fortes para as
novas adversidades;
Tudo faz parte, tudo se renova, tudo se
resolve.



AMOR

por *Márcio Berto Alexandrino de Oliveira*

O Amor é assim,
quando menos se espera floresce, passa por
percalços,
mas quando é verdadeiro nunca se acaba.
Apesar do tempo, da distância, das adversi-
dades, das diferenças,
O Amor continua resplandecendo como o
brilho da lua cheia, porque o amor
verdadeiro não perece, não se vangloria,
não guarda rancor,
O Amor não se alegra com a injustiça, mas
se alegra com a verdade.
O Amor não se cobra, não se acha nas vitri-
nes, não tem valor pecuniário, é algo maior
do que isso, é magnífico, é sublime.
É a mais pura manifestação de sentimento.
É obra de Deus.
É para sempre!

Associado Advocef

viaja mais!

Mais de 1,5 milhão de hotéis e resorts
pelo mundo com **economia de até 25%**

CUPOM

20%
OFF

[ACESSE VIAJEHOLE.COM.BR](https://www.viajehole.com.br)

Advocef 

Use seu **cupom**
para ganhar **20% de**
desconto nos planos

PLANO INDIVIDUAL

ADVOCEF-IND-20

PLANO FAMÍLIA

ADVOCEF-FAM-20



SABE QUEM
CONHECE A FUNDO
**SEUS
DIREITOS?**
A ADVOGADA
E O ADVOGADO.

OAB NACIONAL. PELA ADVOCACIA, PRESENTE DE NORTE A SUL DO BRASIL.

A OAB trabalha para estar sempre próxima e levar ações que beneficiam advogados e advogadas em todos os cantos do Brasil, até os mais remotos. São conquistas como a criação de salas da advocacia, em formato de escritórios compartilhados, defesa das prerrogativas, Observatório de Honorários, sanção da Lei 14.612/23 que incluiu o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação como infrações ético-disciplinares, os cursos de capacitação da ESA e muitas outras. Além disso, por meio do Conselho Federal, a OAB presta apoio para as seccionais fazerem o mesmo em suas regiões.

Seja onde for,
pode contar
com a OAB.



 oab.org.br



**INTERIORIZAÇÃO
DA ADVOCACIA**
 PRESENTE